

GUERRA E PODER NA EUROPA MEDIEVAL

DAS CRUZADAS
À GUERRA DOS 100 ANOS.

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO
COORD.

MIGUEL GOMES MARTINS
PAULO JORGE AGOSTINHO



IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

A BATALHA DE COURTRAI (1302): APANHADOS “COMO LEBRES NUMA ARMADILHA”

Na manhã do dia 11 de julho do ano de 1302, nos campos que cercavam a povoação flamenga de Courtrai, um cenário grandioso poderia ser observado. Frente a frente, encontravam-se dois exércitos muito distintos entre si, ainda que equivalentes em número, prontos para travar uma batalha que parecia estar decidida à partida, pois um desses exércitos integrava a fina flor da cavalaria francesa. A comandá-lo, um experimentado cavaleiro, Roberto, conde de Artois, próximo do rei Filipe “o Belo” e escolhido pessoalmente pelo monarca para liderar a sua hoste na Flandres. Do outro lado, uma força militar de peões, artesãos, burgueses e gente comum de algumas cidades flamengas, auxiliados por um número reduzido de nobres e cavaleiros, sob o comando de Gui de Namur, Guilherme de Jülich [Willem van Jülich, Juliers para os franceses] e João de Renesse [Jan van Renesse].

Em três horas, porém, a batalha estava perdida para o exército francês. Um resultado desastroso: muitos dos grandes cavaleiros de França tombaram nesse dia e as suas esporas de ouro, recolhidas como espólio pelos vencedores, foram colocadas em exposição na igreja de Courtrai, em jeito de comemoração e agradecimento pelo auxílio divino. A notícia da derrota francesa chocou a Europa, a ponto de numerosos relatos (mais de três dezenas, por sinal) terem sido redigidos fazendo referência a tão surpreendente acontecimento. Desses relatos, encontramos sobretudo versões francesas e versões flamengas, mas também algumas versões estrangeiras, com olhares e explicações muito diferentes (e por vezes contraditórios) para o sucedido

em Courtrai. A análise das várias versões foi feita, com brilhantismo, por J. F. Verbruggen (1952/2002), naquele que é, até hoje, o melhor e mais completo estudo da *batalha das esporas douradas*, como é conhecida.

As fontes

Verbruggen considera como mais fidedigno o relato de Lodewijk van Velthem, um clérigo de Brabante que redigiu, cerca do ano de 1313, mais de mil e duzentos versos sobre a batalha de Courtrai, versos esses que integraram uma grandiosa obra de oito volumes que narram os feitos de oito imperadores do Império Romano Germânico, cobrindo o período de 1248 a 1316. Lodewijk fez um verdadeiro trabalho de pesquisa, tendo obtido informações através de testemunhas diretas da batalha e através da leitura de fontes flamengas e francesas, que analisou com olhar crítico. Homem viajado (sabe-se que visitou Paris, por exemplo) e membro da corte do duque de Brabante, Lodewijk teve certamente oportunidade de conhecer algumas das figuras mais proeminentes da época — em 1297, acompanhou a Gante o duque Jan II, quando este se encontrou com Eduardo I de Inglaterra e Gui de Dampierre, conde da Flandres e um dos grandes protagonistas dos acontecimentos que conduziram à batalha de Courtrai.

Para além de Lodewijk, outros cronistas, alguns cujo nome hoje desconhecemos, deixaram relatos úteis para o conhecimento dos episódios de Courtrai. Destacaremos aqueles que parecem mais fidedignos e, portanto, mais úteis para o conhecimento dos factos.

Versões flamengas

- a) Os *Annales Gandenses* foram em grande parte redigidos em 1308 (os acontecimentos de 1309-10 foram provavelmente escritos cerca de 1311), por um monge franciscano de Gante, cujo nome não chegou até nós. Esta crónica é uma importante fonte para o conhecimento

das peripécias ocorridas na Flandres no final do século XIII e na primeira década do século XIV, sendo provavelmente o menos parcial de todos os relatos que se debruçam sobre este período. O seu autor, um frade menor, teve seguramente contato direto com as camadas da população comum, os mesmos que preenchiam as fileiras das milícias urbanas. Revela-se um conhecedor do armamento de ambos os lados da contenda (considerando os flamengos mais bem equipados e mais preparados para o combate do que os peões franceses). Para esse conhecimento, contribuiu também o facto de ter testemunhado diretamente vários dos eventos que relatou e de ter obtido informações de testemunhas oculares de outros acontecimentos. Sabe-se, por exemplo, que tinha um relacionamento próximo com o cavaleiro Geraard de Moor, que integrou a representação flamenga nas negociações de 1304. Sabe-se ainda que, embora fosse um eclesiástico, participou pessoalmente na defesa do condado, tendo aí adquirido conhecimentos sobre as estratégias e táticas utilizadas na época. A simpatia deste franciscano de Gante estava, naturalmente, reservada para o lado flamengo, mas principalmente para as milícias urbanas, não hesitando em criticar algumas das condutas das principais figuras da casa condal.

- b) *Chronicon comitum Flandriae*. A primeira parte desta crónica foi redigida em 1329 por Bernardo de Ipres, um monge da abadia de Clairmarais, próxima de St. Omer. A versão dos acontecimentos narrada por Bernardo de Ipres é muito favorável aos flamengos: omite a existência de obstáculos naturais ou artificiais existentes no solo e retrata os vencedores como estando em inferioridade numérica e com equipamento mais fraco do que o da cavalaria francesa que lhes fez frente. A descrição da batalha, embora feita quase três décadas depois da sua ocorrência, permite confirmar dados das crónicas anteriormente referidas e oferece um retrato interessante do entusiasmo que envolveu os flamengos após o inesperado triunfo de 11 de julho de 1302.

a) A *Chronique Artésienne* (“Crónica do Condado de Artois”). Parte deste condado chegou à posse da Coroa francesa como dote do casamento de Isabel de Hainaut (sobrinha do conde da Flandres, Filipe I) com Filipe II de França, em 1180. Desse casamento nasceu Luís VIII de França e será no seu reinado que o condado passará para as mãos de seu filho, Roberto I de Artois. O seu sucessor, Roberto II de Artois, terá grande protagonismo nos acontecimentos que conduziram à batalha e será um dos cavaleiros tombados em Courtrai. Por esse motivo, e pela proximidade geográfica entre o Artois e a Flandres, o recontro de 11 de julho de 1302 é fruto de especial atenção por parte do cronista que redigiu a *Chronique Artésienne*. O seu nome não chegou até nós, mas sabemos tratar-se de um burguês de Arras que redigiu o texto apenas dois anos após a batalha, em 1304. Estamos perante um texto naturalmente parcial, dada a proximidade temporal com a terrível derrota francesa. Porém, o autor teve acesso a documentação das chancelarias francesas, que usou para tentar defender os direitos de Filipe IV sobre o condado de Flandres e justificar o apoio dado por nobres flamengos ao rei de França no conflito contra o conde Gui de Dampierre. Rico em detalhes e pormenores sobre os acontecimentos anteriores e posteriores à batalha, é (curiosamente) muito breve na descrição da própria batalha e contém dados pouco credíveis sobre o recontro.

b) Guilherme Guiart, *La Branche des royaus lignages* (“O ramo das linhagens reais”), escrito entre 1304 e 1307. Guiart, um burguês de Orleães, foi um veterano de guerra, um besteiro que participou nos combates entre franceses e flamengos que ocorreram na fronteira da Flandres, no ano de 1304. Ao comando da hoste comunal de Orleães, foi ferido num recontro em La Haignerie. Devido aos seus ferimentos, retirou-se para Arras em agosto de 1304, onde terá começado a narrar a história do confronto entre a França e a Flandres, do qual podia

dar um testemunho ocular e conhecedor. De facto, a sua experiência militar torna o seu relato uma excelente fonte para o conhecimento pormenorizado das táticas e do armamento da época. Descreve, por exemplo, quer as táticas e armamento dos franceses, quer as dos seus inimigos, com destaque para o *goedendag*, uma arma específica dos flamengos de que falaremos mais adiante. Como súbdito da Coroa francesa, ainda a lambar as feridas provocadas pela derrota em Courtrai, Guiart não redige, evidentemente, um relato imparcial dos acontecimentos.

- c) Geoffroy de Paris, *Chronique rimée* (“Crónica em verso”), escrita entre 1313 e 1317. Geoffroy [Godofredo], um burguês de Paris, aborda na sua crónica o período entre o início do século XIV e o ano de 1317, sendo bastante detalhado no seu relato do período final, mas menos exato na descrição dos acontecimentos do virar do século. Enganado por algum desconhecimento da língua flamenga ou por uma má tradução a partir de uma versão latina dos acontecimentos, denominou Pedro de Coninc, um popular de Bruges que liderou a revolta urbana de 1300, como “rei”. Tal como Guiart, o relato de Geoffroy foi parcial, bem como preconceituoso: parcial ao exagerar os feitos da infantaria francesa; preconceituoso no seu olhar crítico a propósito da cavalaria francesa, considerando a sua derrota como “vontade de Deus” perante a imprudência da sua atitude.
- d) *Chronicon*, escrito entre 1346-48, por Gilles le Muisit, abade de S. Martinho de Tournai, precisamente a cidade que o viu nascer, no ano de 1272. Além desta crónica e de anais, esta interessante figura, que estudou em Paris e foi abade em Bruges antes de se instalar definitivamente em Tournai, escreveu também poesia. Foi um autor tardio, escrevendo os seus textos a partir de meados da década de quarenta do século XIV, já com mais de setenta anos de idade. A velhice trouxe-lhe ainda a cruz da cegueira, pelo que se supõe que pelo menos uma parte dos seus textos mais tardios tenha sido

ditada. Homem culto e viajado (além de Paris, visitara também Roma), estava bem informado sobre os acontecimentos mais próximos da batalha de Courtrai, tendo mesmo sido testemunha ocular da chegada a Tournai de guerreiros franceses em fuga. A sua narrativa procura ser imparcial, embora o abade fosse partidário do rei de França — é preciso lembrar que a sua abadia tinha sofrido ataques por parte dos flamengos e que a aparente indiferença flamenga face às ameaças de excomunhão de que eram vítimas seguramente o chocava.

- e) Uma continuação do *Chronicon* foi redigida por Guilherme de Nagis, um monge beneditino de Saint Denis, em Paris. Este relato procura dar uma visão imparcial dos acontecimentos, recusando a explicação mais popular e favorável aos franceses, que atribuía a derrota à falta de honra dos flamengos e ao papel das covas que estes supostamente escavaram nas vésperas da batalha. Antes, atribui a responsabilidade da derrota à imprudência e à soberba da cavalaria francesa, que na sua opinião atuou com excesso de confiança, e à bravura das hostes flamengas.

Versões estrangeiras

- a) Ottokar von Stiermarken [Ottokar da Estíria, um Estado austríaco] escreveu (segundo Kelly DeVries provavelmente c. 1309 ou, segundo Verbruggen, entre 1316-18) uma secção da crónica *Oesterreichische Reimchronik* ["Crónica Austríaca em Verso"] que relata a batalha de Courtrai. Ottokar foi um cavaleiro que esteve ao serviço de Ottokar do Liechtenstein. Não tendo estado presente na batalha, o cronista afirma ter obtido as suas informações a partir de uma testemunha ocular, como forma de validar a sua versão dos acontecimentos. Por esse motivo, o seu relato é muito pouco fidedigno e vago, contendo mesmo vários erros factuais (por exemplo, referindo a presença

do irmão do rei Filipe IV no campo de batalha). Este autor refere que, durante a noite que antecedeu a batalha, os flamengos terão escavado valas no campo de batalha, que seguidamente ocultaram.

197

- b) Jean de Winterthur, monge do mosteiro de Villingen, em Baden, (morreu c. 1348), foi o autor de um *Chronicon* que contém um outro relato da batalha de Courtrai, também ele vago e pouco credível. Invocando o testemunho de alguém presente na batalha, o cronista refere também o abrir de valas na noite anterior ao combate por parte dos flamengos e o uso, por parte da cavalaria flamenga, não de cavalos, mas de éguas, que iriam atrair os cavalos franceses na direção das valas! Tanto esta crónica como a anterior procuram justificar a derrota francesa com a armadilha (pouco cavaleiresca) das valas escavadas pelos flamengos.
- c) *Chronicon*, escrito por Willem Procurator, abade do mosteiro beneditino de Egmond, na Holanda, c. 1332. Este relato tardio contém informações importantes sobre as principais figuras que comandaram as hostes flamengas, destacando o papel do cavaleiro que liderou a reserva, João de Renesse. O abade de Egmond, embora estrangeiro, é tendencialmente partidário da versão francesa dos acontecimentos, provavelmente devido à grande rivalidade (que assumiu, muitas vezes, contornos de grande violência) entre a Holanda e a Flandres.
- d) Giovanni Villani, *Historie Florentine* (“História de Florença”), escrita entre 1300 e 1348 (Kelly DeVries aponta como data mais provável o início da década de 1340). Obra de grande fôlego, esta crónica pretendia ser uma história universal centrada na cidade de Florença. Como muitos outros europeus, Villani foi vítima da peste negra, tendo a sua obra sido interrompida com a sua doença e morte. Apesar de estrangeiro, redigiu a mais detalhada das versões pró-francesas da batalha de Courtrai. Enquanto banqueiro de Filipe IV, Villani visitou a Flandres em 1306 e terá tido a oportunidade de conhecer

os locais das batalhas e de falar com testemunhas bem informadas, embora tenha repetido erros factuais ao seguir a versão francesa dos acontecimentos (por exemplo, em relação à posição das hostes flamengas, que coloca na margem esquerda do Lys; ou na referência a Pedro de Coninc como “Piero le Roy”). Altamente preconceituoso, Villani teve pelo menos o mérito de não simpatizar, nem com o rei Filipe IV (que desprezava pela sua política de desvalorização monetária, prejudicial para os interesses dos bancos italianos) ou com o comandante Roberto Artois (suspeito de ter queimado uma bula papal), nem com os artesãos flamengos (que classificava como gente conduzida por paixões vulgares e que pensava somente em comer e beber). Em suma, a sua crónica pouco acrescenta em relação às crónicas anteriores, mas não deixa de conter, como já foi referido, um relato bastante detalhado dos acontecimentos ligados à batalha de Courtrai.

Resta referir uma última fonte, não escrita, mas iconográfica, de grande valor para o estudo de alguns aspetos da batalha de Courtrai, pela sua singularidade (tão singular que chegou a ser comparada à Tapeçaria de Bayeux). Referimo-nos a uma arca em madeira, de 103 cm de largura, 73 cm de altura e 51 cm de profundidade, conhecida como “arca de Oxford” (pelo facto de ter sido descoberta numa quinta dos arredores de Oxford, no início do século XX) ou “arca de Courtrai”. Feita em madeira de carvalho proveniente do sul da Suécia, a arca que hoje existe terá sido construída no início do século XVII, a partir dos painéis frontal e dorsal de uma arca anterior, possivelmente contemporânea da batalha, ou seja, do início do século XIV. Desconhece-se o seu autor, mas terá sido um artesão flamengo, provavelmente de Bruges, tendo em conta o papel decisivo que as milícias desta cidade têm na batalha.

O valor da arca de Oxford reside precisamente no painel central, de 70-71 cm de altura (originalmente teria 95 cm) e 98-99 cm de comprimento (a dimensão original rondaria os 160-170 cm), no qual se encontram esculpidas cenas ligadas à batalha de Courtrai e a episódios que a antecederam,

de onde é possível retirar dados importantes sobre o armamento utilizado e também sobre a heráldica. Como se pode observar numa gravura que ilustra este texto, o painel esculpido é composto por duas pranchas: a superior mede entre 32 cm (à esquerda) e 34,5 cm (à direita) de altura e 98 cm de largura; a inferior mede 38 cm (à esquerda) e 36,5 cm (à direita) de altura e 99 cm de largura. O painel superior encontra-se, por sua vez, dividido em 2 frisos de 17-17,5 cm de altura. O mesmo sucede com o painel inferior, embora apenas parcialmente, no seu lado direito, uma vez que no lado esquerdo uma só cena ocupa toda a altura da prancha.

Painel superior

- Friso superior: este friso apresenta uma única cena, dividida, no centro, pelo espaço reservado para a fechadura da arca. No lado esquerdo, uma série de cavaleiros avançam. Pelos brasões nos escudos e nas ombreiras, é possível identificar alguns desses cavaleiros: à frente, Gui de Namur, filho de Gui de Dampierre e, atrás de si, Guilherme de Jülich, sobrinho de Namur. Um terceiro cavaleiro foi identificado como sendo Henrique de Lontzen, marechal de Bruges (ver imagem em anexo). É precisamente para Bruges que estes cavaleiros se dirigem. À sua frente, encontra-se um peão armado com um *goedendag*. Do lado direito do painel, uma torre representa a cidade de Bruges. No exterior, três homens, um deles ajoelhado, parecem aguardar os cavaleiros. O homem ajoelhado tem, na mão direita, a chave da cidade, que aparenta querer entregar a Gui de Namur. Atrás da torre, no interior da cidade, encontram-se três guerreiros, com casco redondo e camal de malha metálica. Um empunha uma espada e um escudo redondo, o segundo degola com a espada um homem caído, trajando vestes compridas. Não se trata de um guerreiro, mas talvez de um magistrado ou de um outro elemento *honrado*. Esta cena retrata o massacre conhecido como as “Matinas de Bruges” e que será uma das causas diretas que levará à batalha de Courtrai.

No extremo direito, uma figura, talvez a de um santo, aparece no interior de uma segunda torre. Ao seu lado, existiu uma outra personagem, de maiores dimensões (da altura da torre), da qual restam apenas um pé e uma mão, que aparece pousada na cabeça da figura do hipotético santo.

- Friso inferior: No centro deste friso, encontra-se a figura de uma torre, da qual espreita uma figura. À esquerda da torre, pode observar-se uma fileira de combatentes da infantaria flamenga, armados com *goedendags*, espadas, capelinas, camais e cotas de malha. Alguns destes guerreiros transportam bandeiras que ostentam os símbolos ou insígnias das respetivas corporações — entre os quais parecem identificar-se elementos das milícias de Ipres. À direita da torre, sob o olhar atento da figura que dela espreita, um cavaleiro com um leão como brasão, armado com espada, escudo de formato triangular, ligeiramente curvo dos lados e terminando num vértice pontiagudo, combate contra três peões armados de *goedendags*. Um outro combatente jaz aos pés de um besteiro. Nas costas do besteiro, podem observar-se dois outros peões, um dos quais degola um homem ajoelhado e de mãos unidas, como se implorasse pela sua vida. Não é possível determinar com rigor a que episódio dos que envolvem Courtrai se refere esta cena em particular. Escaramuças entre cavaleiros franceses ou *leliaerts* (flamengos apoiantes da flor-de-lis, ou seja, pró-franceses), por vezes no contexto de operações de cerco a castelos ou cidades, e magistrados degolados seriam acontecimentos que se repetiriam com alguma regularidade nesses anos de conflito.

Painel inferior

- Ocupando toda a altura do painel, do lado esquerdo, pode observar-se o castelo de Courtrai, dominado pelos franceses (como se pode constatar pela presença da bandeira com a flor-de-lis numa das

ameias do castelo). A ação representada ocorre no momento em que, durante a batalha de Courtrai, os cavaleiros franceses ensaiam uma surtida, liderada pelo alcaide de Lens, que comandava a guarnição. A surtida é travada por elementos da infantaria de Ipres, armados com *goedendags* e armas brancas semelhantes a sabres, de um só gume e de lâmina larga. Além de escudos redondos, que empunham com a mão esquerda, estes peões envergam o mesmo equipamento defensivo que se identificou nas imagens do painel superior.

- O lado direito do painel inferior divide-se em dois frisos. No friso superior, encontra-se o contingente de Bruges, que se colocou entre o castelo e as margens do Groeninge, de onde virá o ataque da cavalaria francesa. Aqui, pode observar-se, no extremo direito, a barreira de piques e, sob esta barreira, um cavalo já derrubado. Atrás da linha dos piques, podem observar-se os peões flamengos, armados como anteriormente foi referido: destaca-se uma besta e uma série de *goedendags*. Mais uma vez, podem observar-se os estandartes que identificam as corporações de onde estes guerreiros eram provenientes. O guerreiro na linha da frente, empunhando uma lança e com a espada embainhada, é Gui de Namur. Atrás de si, Guilherme de Jülich empunha um *goedendag*. Ambos podem identificar-se pelos brasões nas ombreiras e nas túnicas. No extremo esquerdo deste friso, um cavaleiro *leliaert*, João [Jan] de Sijsele, é atacado por três peões empunhando lança e espada. O friso inferior dá-nos uma amostra daquele que seria o cenário do campo de batalha no final da violenta contenda: montadas e guerreiros derrubados, homens esventrados ou decapitados, outros recolhendo o espólio do campo de batalha.

Como todos os grandes acontecimentos, a batalha do dia 11 de julho de 1302, em Courtrai, teve antecedentes e causas que convém conhecer para a podermos compreender de forma mais rigorosa e completa. É esse enquadramento (político e económico-social) que iremos agora evocar.

A situação política na França capetíngia: Filipe “o Belo”

202

No final do século X, os “Capetíngios” (nome atribuído em resultado da veneração de uma relíquia, a “capa” de São Martinho de Tours, o provável fundador do primeiro mosteiro na Gália, no séc. IV) subiram ao trono de França, substituindo a dinastia carolíngia (de Carlos Magno). Os primeiros quatro monarcas desta nova dinastia (Roberto Hugo Capeto, Roberto II, Henrique I e Filipe I), em conjunto, reinaram mais de um século (987-1108), num período em que o poder se tinha fraturado e se encontrava nas mãos dos senhores locais. No reinado de Henrique I, o poder dos senhores locais era já uma realidade incontestável: mais de uma dezena de grandes senhores detinham o poder efetivo nos seus principados, praticamente imunes a interferências da cúria régia. Assim, os referidos monarcas intitulavam-se de *Rex Francorum*, o que significa que se sentiam como reis *de um povo*, os Francos, e não como reis *de um território*, a França. Em termos de domínio territorial efetivo, os reis estavam, em grande medida, confinados ao seu próprio senhorio, o “domínio régio”.

Filipe I foi o primeiro dos Capetíngios a iniciar uma reação, ainda que tímida, a essa situação. No final do século XI e no primeiro decénio do século seguinte, este monarca procurou consolidar o poder régio dentro do seu próprio domínio. Em simultâneo, tentou atenuar os sentimentos de hostilidade e a ambição dos senhores locais, atraindo-os à sua corte. Aí, passariam a desempenhar cargos honoríficos (como os de condestável, senescal, copeiro, camareiro ou chanceler, entre outros).

Pouco a pouco, o poder régio começou a cimentar a sua posição, graças a uma série de fatores que importa referir:

- os quatro primeiros reis capetíngios conseguiram garantir a existência de um sucessor do sexo masculino, graças a uma política de laços matrimoniais bem pensada e executada; desse modo, evitaram crises sucessórias que poderiam colocar o trono em mãos que não as de elementos da sua dinastia;

- a Coroa procurou forjar uma aliança com a Igreja, ao mesmo tempo que recuperou a cerimônia da sagração, envolvendo a figura do rei numa aura sagrada que o distinguiu de qualquer outro senhor, por muito poderoso que este último pudesse ser. A ligação dos reis a elementos sobrenaturais foi ainda reforçada pelas crenças populares nos seus atributos mágicos, ou seja, no chamado “milagre real”, que consistia na hipotética capacidade que o monarca teria para curar determinadas doenças pelo simples toque da sua mão (os chamados “reis taumaturgos”). Esta relação entre o rei de França e o sagrado ou o sobrenatural atingirá o seu ponto mais alto com a canonização de Luís IX, em 1297, e contribuirá, naturalmente, para um aumento do carisma da dinastia capetíngia;
- simultaneamente, estes primeiros monarcas souberam jogar o jogo das relações feudo-vassálicas: recebiam a homenagem vassálica de todos os grandes senhores e não eram eles mesmos vassallos de nenhum senhor. Dessa forma, obtiveram um estatuto de *primus inter pares* que os individualizava e superiorizava face aos restantes senhores de França.

Afirmado com êxito este processo de distinção entre a figura do rei e as dos restantes senhores, os Capetíngios iniciaram uma segunda fase de afirmação do seu poder — a passagem de *Rex Francorum* para *Rex Franciae*, ou seja, de senhores dos seus súbditos e de um domínio régio para senhores de um território nacional — o reino da França. Neste processo, têm vital importância os reinados de Luís VI (1108-1137) e de Luís VII (1137-1180). Mais uma vez, estamos perante dois longos reinados, o que continuou a conferir estabilidade ao poder régio. O projeto político destes dois monarcas passou por uma ofensiva contra os poderes dos senhores locais e por alargar o poder régio a outros territórios fora do “domínio régio”. Essa ofensiva, que assumiu por diversas vezes um caráter militar, visou submeter os referidos senhores, colocando-os ao serviço do rei. O casamento de Luís VII com Leonor da Aquitânia, em 1137, deve ser visto à luz desse projeto políti-

co — com essa ligação matrimonial, o rei estendeu o seu poder para sul. O posterior fracasso desta aliança (e o casamento, em segundas núpcias, de Leonor com Henrique II Plantageneta, futuro rei de Inglaterra) foi um sério revés para o monarca capetíngio. O crescente poder dos Plantagenetas no continente levou Luís VII a um segundo matrimónio, com Constança de Castela. Após a morte desta, um terceiro casamento ligou a Casa Real francesa ao condado de Champagne. Desta forma, Luís VII garantia a paz na fronteira nordeste, ficando livre para eventuais conflitos que poderiam surgir com Henrique II. Porém, apesar dos esforços da Coroa, o domínio régio continuava circunscrito aos territórios que faziam fronteira com as possessões do referido rei inglês e com os da Casa de Blois-Champagne, do condado da Flandres e do condado do Hainaut.

A etapa seguinte — a do início da expansão territorial — foi iniciada por Filipe II (1180-1223). Cinco anos após a subida ao trono, Filipe “Augusto”, como também ficou conhecido, dominava já o Artois, Amiens e várias praças do Vermandois (no centro-norte e centro-leste de França). Aproveitando a instabilidade que atingiu o trono da Inglaterra (após a morte de Ricardo “Coração de Leão”, que não deixou herdeiros diretos), Filipe Augusto apoiou o pretendente João “Sem Terra”, irmão mais novo do falecido Ricardo, obtendo em troca a sua fidelidade enquanto vassalo. À primeira falha do monarca inglês em cumprir os seus deveres de vassalagem, Filipe II confiscou todos os seus feudos, tomando posse da Normandia, após algumas operações militares que serviram para confirmar no terreno o que a diplomacia tinha já decidido. João Sem Terra reagiu, obtendo o apoio de Fernando de Portugal, conde da Flandres (era filho de D. Sancho I), e do imperador Otão IV de Brunswick. A derrota destes frente às forças francesas em Roche-aux-Moines (2 de julho de 1214) e em Bouvines (27 de julho de 1214) colocaram inapelavelmente a Normandia nas mãos de Filipe II e deixaram João Sem Terra apenas com a Guiana e a Aquitânia.

Entretanto, a Coroa francesa levou a cabo uma violenta cruzada contra os Cátaros, que teve como consequência final colocar sob o domínio régio uma parte da região do Midi, o Languedoc oriental e central (do Ródano a Carcassonne) e, mais tarde, também o condado de Toulouse. Estamos já

no reinado de Luís IX, ou São Luís (1226-1270). Neste período governativo, consolidou-se a aliança entre a monarquia e a Igreja, com uma clara supremacia da primeira em relação à segunda, e continuou o alargamento do poder régio sobre o território francês, com Luís IX a consolidar o seu poder na região do Midi (a sul) ao contrair casamento (em 1234) com Margarida, a filha mais velha do conde da Provença, Raimundo Berengário V.

Em 1244, S. Luís fez o voto de cruzado, vindo a participar ativamente na Sétima Cruzada e acabando por perder a vida aos 56 anos, durante a Oitava Cruzada, vítima de tifo, tal como um dos seus filhos. A participação ativa do rei francês nas Cruzadas conferiu a São Luís um grande carisma internacional. Aproveitando o vazio deixado pela morte do imperador Frederico II de Hohenstaufen (em 1250), o rei francês apresentava-se à cristandade como o árbitro natural de grandes conflitos internacionais. Os seus dotes de diplomata levaram-no a procurar soluções negociadas para os conflitos externos que envolviam o seu próprio reino (por exemplo, com a Inglaterra ou com Aragão). Entre 1258 e 1259, Luís IX solucionou a questão dos domínios continentais dos Plantagenetas: pelo Tratado de Paris, Henrique III de Inglaterra garantiu a posse dos feudos da Guiana, Limoges, Cahors e Périgueux e o rei francês garantiu o domínio sobre a Normandia, o Anjou, a Touraine, o Maine e o Poitou, recebendo ainda a vassalagem do monarca inglês.

No interior do reino, Luís IX impôs o seu poder com legislação que procurava, por um lado, combater as guerras privadas e reservar para a Coroa o monopólio do exercício da força das armas e, por outro, redefinir a aplicação da justiça em moldes mais racionais: proibiu, para o efeito, o porte de armas e substituiu o arcaico sistema de ordálios (prova da água a ferver, do ferro em brasa ou do duelo) por inquéritos judiciais que colocavam a decisão da justiça nas mãos do rei, através das leis que produzia e dos agentes de nomeação régia que assumiam no reino as funções de inquiridores (os bailios, a norte, e os senescais, a sul).

No entanto, havia ainda trabalho para fazer. Não existia uma gestão económica eficaz do reino nem uma máquina fiscal especializada, e os recursos da Coroa continuavam a ser essencialmente os rendimentos

provenientes dos domínios régios. A França e a Europa estavam a mudar, e o final do século XIII e início do século XIV foi, como bem se sabe, um período de crises diversas: crise demográfica, ligada a grandes epidemias, entre as quais a famosa Peste Negra; conflitos políticos que redundaram em guerras um pouco por toda a Europa — destaquemos a Guerra dos Cem Anos, que no capítulo deste livro dedicado a Agincourt será devidamente abordada; conflitos religiosos, que extravasaram as divergências teológicas e culminaram numa crise religiosa cujo ponto mais alto foi o Grande Cisma do Ocidente; e crise económica e social, que começou a fazer-se sentir quando surgiram os primeiros sinais de recessão económica. Recordemos que foi neste período que terminou a época das grandes arroteias e, por sua vez, os preços dos produtos manufaturados estavam a subir, acompanhados pelos custos dos salários. Simultaneamente, os rendimentos senhoriais começavam a diminuir. Em França, as feiras da Champagne entraram em declínio; na Flandres, a quebra da economia atingiu a produção de tecidos nas cidades, contribuindo, em certa medida, para o panorama generalizado de uma crise europeia, mas (e este é o dado que mais nos interessa neste momento) sobretudo para uma crise económica com contornos sociais e políticos extremamente graves na Flandres e em outros pontos do norte da França, e não só: um pouco por todo o reino, ocorreram revoltas urbanas (Rouen, Orleães, Béziers). Em suma, os grandes “chavões” que habitualmente caracterizam o século XIV, Peste Negra, Guerra dos Cem Anos, Grande Cisma do Ocidente, são os sintomas mais visíveis e de maior impacto de problemas anteriores e que, em certa medida, criaram condições para a sua eclosão.

É neste contexto político e económico que, após um curto reinado do seu pai, Filipe III “o Bravo” (1270-1285), Filipe IV irá subir ao trono da França. Conhecido como Filipe “o Belo”, o novo monarca reinou entre 1285 e 1314 e será no seu reinado que o confronto com a Flandres (em que se integra a batalha de Courtrai) irá ocorrer. No entanto, este não foi o único conflito de um rei que merece a reputação de belicoso e cujo estilo de governação foi bastante diferente do que adotou o seu diplomático avô São Luís (se excetuarmos a matança dos Cátaros). Filipe IV não se satisfazia em controlar e conter o ímpeto dos seus oponentes. Quando as condições

políticas o permitiram, não hesitou em usar todos os meios ao seu alcance — incluindo a via das armas — para os destruir. Existem poucos dados que permitam reconstruir o perfil psicológico deste rei, pelo que essa mudança de conduta poderá não ser necessariamente consequência de uma distinta personalidade. Um dado, porém, é inquestionável e teve seguramente peso na atuação de Filipe IV — os tempos tinham mudado. A Europa entrara no século XIV, uma era de crise prolongada que começou, como já aflorámos, ainda em finais do século XIII, atingindo as finanças régias. A Coroa via as suas receitas diminuírem e, por outro lado, as suas despesas a crescerem com a formação de uma cada vez mais complexa máquina burocrática. Para agravar as despesas, o tempo — já foi dito — era de guerras, e as guerras eram dispendiosas. É à luz destas dificuldades financeiras e de uma ambição em fortalecer o poder da Coroa face a oponentes internos e externos que podemos avaliar os conflitos mais marcantes do reinado de Filipe “o Belo”.

Efetivamente, desde o início da sua governação, Filipe IV travou uma série de embates diplomáticos: contra Eduardo II, rei da Inglaterra e seu vassalo no continente, lutou pelo controlo da Guiana (em 1294-96); na viragem do século, defrontou Gui de Dampierre, conde da Flandres, pelo domínio desse condado (conflito que se alargará a outros atores e no qual se inscreverá o episódio da batalha de Courtrai); a nível religioso, enfrentará o Papa Bonifácio VIII e a prestigiada Ordem dos Templários. De todos estes conflitos, Filipe IV saiu indubitavelmente vencedor, com a exceção daquele que, à partida, seria o que lhe traria menores dissabores — o confronto pelo domínio da Flandres.

Em jeito de síntese, podemos explicar o domínio da Coroa francesa sobre o território da França (incluindo os seus condados) e a sua ascensão internacional pelo recurso coerente e contínuo aos seguintes métodos: controlo financeiro do território, graças a uma máquina burocrática cada vez mais especializada; pressão diplomática constante, com recurso à coerção militar quando necessário e à entrega de parcelas do território a figuras ligadas à Casa Real (os apanágios); definição de uma ideologia capaz de sustentar as reivindicações territoriais dos monarcas e justificar a superioridade da figura do rei face aos seus súbditos e vassalos, que muito deve ao labor e ao

gênio de legistas e ideólogos, muitos deles de formação clerical (sobretudo franciscana e dominicana) e/ou universitária. Foi precisamente no reinado de Filipe IV que o potencial destes intelectuais foi posto de forma sistemática ao serviço do Estado, integrando quer a máquina do Estado, quer o conselho régio, aí passando a figurar ao lado de elementos mais tradicionais, oriundos da nobreza. Roberto Artois era uma dessas figuras de uma linha mais tradicional. A sua presença no conselho régio era marcante, até pelas suas posições radicais (segundo a lenda, Artois terá destruído pelo fogo a Bula *Ausculda Filii*, na qual Bonifácio VIII admoestava Filipe IV por este ter mandado prender o bispo de Pamiers, Bernardo Saisset, desrespeitando a imunidade de que os elementos do clero deveriam gozar). Porém, outros nomes, oriundos dessa nova linha de conselheiros, se destacaram pela sua proximidade com o monarca, entre os quais o seu chanceler, Pedro Flote, Guilherme de Nogaret e Enguerrand de Marigny, conselheiro em questões financeiras. Estes dois últimos ganharam protagonismo após a morte de Pedro Flote e de Roberto de Artois em Courtrai.

A situação política no condado da Flandres e nas cidades flamengas

O condado da Flandres era parte integrante do reino de França desde 843, quando se deu a partilha dos domínios de Carlos Magno pelos seus três filhos (Tratado de Verdun). Consequência dessa partilha, a Flandres integrou o reino de Carlos “o Calvo”, que daria origem à França. Por esse motivo, os condes flamengos eram, há muito, súbditos do rei de França. O mesmo sucedia a uma série de outros príncipes locais, como os condes de Hainaut e o próprio rei de Inglaterra, que na sua qualidade de duque da Aquitânia era um vassalo do rei de França.

No final do século XIII, o condado da Flandres encontrava-se dividido entre a França e o Império Germânico. A área mais vasta estava integrada no reino francês e incluía Cassel e Mons-en-Pévèle, na fronteira com o Artois, a sudoeste; Tournai, na fronteira com o Hainaut, a sudeste; Furnes e Bruges, junto à costa atlântica; Courtai e Gante, esta última na fronteira

oriental com a Flandres imperial. Por seu lado, a área do condado flamengo integrada no Império não era um território unido, estando dividida em duas partes: a norte de Gante, fazendo fronteira com a Zelândia, encontrava-se a área designada por Quatre-Métiers; a sul de Gante, fazendo fronteira com o Hainaut e com o Brabante, ficava o território designado por Flandres imperial (veja-se o mapa em anexo). Esta divisão revelou-se importante no decorrer do conflito entre a Flandres e Filipe “o Belo”, uma vez que as áreas sob domínio imperial funcionaram como porto de abrigo para alguns dos filhos de Gui de Dampierre, quando este caiu nas mãos de Filipe IV.

Em 1244, a morte da condessa Joana colocou o condado perante um problema de sucessão. Fernando de Portugal (falecido em 1233) e Joana não deixaram descendência. O trono condal foi, por esse motivo, entregue à irmã de Joana, Margarida. Margarida tinha tido um primeiro casamento com um nobre denominado Bouchard d’Avesnes, do qual resultaram três filhos: o primogénito, chamado Balduíno, que morreu em tenra idade, João e (um outro) Balduíno. Em 1219, o casamento é dissolvido, ficando Margarida livre para contrair novo matrimónio, que acontecerá em 1223, com Guilherme de Dampierre (Guilherme I). Deste segundo casamento, nascem três filhos varões, entre os quais Guilherme II (1224-1251), que será conde da Flandres e senhor de Courtrai.

A disputa entre os dois ramos da família de Margarida, o ramo dos Avesnes e o ramo dos Dampierre, tornou-se inevitável. Em 1246, dois anos após a morte de Joana, São Luís interferiu nesta disputa, propondo um compromisso que implicou a partilha dos territórios de Margarida: a Flandres seria entregue ao ramo dos Dampierre, e o Hainaut ao ramo dos Avesnes. Tanto João de Avesnes como Guilherme II de Dampierre não ficaram totalmente satisfeitos com o acordo. Ambos queriam controlar a totalidade do território, pois a sua divisão significava perda de prestígio, de rendas e de poder efetivo.

Em 1251, aproveitando a ausência de São Luís, envolvido na Sétima Cruzada, João de Avesnes recorreu da decisão de partilha feita pelo monarca francês. Gui de Dampierre (que nesse mesmo ano assumira a corregência do condado com a sua mãe Margarida) reagiu, iniciando uma operação militar na Zelândia, que se revelou um fracasso: tanto Gui como o seu irmão

João foram capturados, em 4 de julho de 1253, após a derrota na batalha de Westkapelle, disputada na ilha de Walcheren. São Luís, entretanto regressado das Cruzadas, resolveu novamente a contenda: a 24 de setembro de 1256, foi confirmada a partilha de 1246, sendo o Hainaut entregue aos Avesnes. A troca de um resgate, Gui e o irmão foram libertados. Este confronto entre os dois ramos da família de Margarida de Constantinopla não ficou, naturalmente, resolvido — a rivalidade persistiu e foi mesmo um dos motivos que manteve a Flandres na esfera da Coroa francesa. No caso que acabámos de descrever e em outras situações, o conde da Flandres continuava a depender da proteção e do favor do rei face às ambições de outras casas condaís dos Países Baixos — os Avesnes, por um lado, mas também a Holanda, com quem mantinham um longo conflito pela posse da Zelândia.

A subida ao poder dos Dampierre trouxe um elemento de estabilidade à governação da Flandres, uma vez que esta família beneficiava de uma linhagem numerosa. Esse fator foi fundamental para estabelecer, através de uma política de casamentos ou de colocação de familiares em determinados cargos, laços de solidariedade que se podiam mobilizar em momentos de crise, como a que ocorreu entre 1300 e 1302. Gui de Dampierre, corregente e, depois, conde da Flandres por direito próprio (aos 52 anos!), garantiu a posse do senhorio de Béthune graças ao primeiro casamento, com Matilde de Béthune, e a posse do condado de Namur graças a um segundo casamento, com Isabel do Luxemburgo. Este segundo condado foi estrategicamente importante no conflito com os Avesnes, uma vez que a sua posição geográfica permitia ameaçar o Hainaut pelas fronteiras ocidental e oriental. Ambos os territórios foram também importantes para aumentar as rendas da casa condal, essenciais para financiar operações militares (Gui participou em várias campanhas, incluindo as Cruzadas) e a vida faustosa da corte.

Dampierre teve oito filhos de cada um dos casamentos. O mais velho, Roberto de Béthune, foi o seu sucessor, em 1305. Este número elevado de filhos permitiu ao velho conde consolidar a política matrimonial de criação de laços de solidariedade, ligando a sua linhagem a diversas casas senhoriais (entre as quais figuravam o Anjou, a Borgonha e Brabante e os condados de Nevers, de Nesle, de Jülich, da Zelândia e de Richebourg, entre outros) e à

Casa Real escocesa. E só a intervenção de Filipe “o Belo” impediu o casamento de uma filha do conde flamengo, Filipina, com o futuro Eduardo II de Inglaterra. Graças a esta rede de alianças, Gui de Dampierre ligou-se à maioria das famílias mais importantes do Norte de França e de principados vizinhos, incluindo os que se encontravam integrados no Sacro Império Romano-Germânico.

Pela sua longevidade, Dampierre conheceu três reis que se sentaram no trono de França: São Luís (1226-1270), Filipe III (1270-1285) e Filipe IV (1285-1314). Com os dois primeiros, manteve boas relações, sendo um dos pares do reino e um dos nobres com elevada posição na corte; em 1268, foi padrinho de Filipe IV; dois anos depois, acompanhou São Luís na Oitava Cruzada, na qual o rei perderia a vida — como companheiros de armas, seguiam os seus filhos Guilherme e Balduino e o jovem Roberto II de Artois, sobrinho de São Luís e que, três décadas passadas, terá um dos papéis principais na batalha de Courtrai; em 1276, Dampierre acompanhou Filipe III numa mal sucedida campanha militar na Gasconha.

A subida de Filipe IV ao trono mudou a relação do conde com o seu suserano. Como vimos anteriormente, os tempos também tinham mudado. A crise começara a instalar-se, não apenas na Flandres ou na França, mas em toda a Cristandade. A personalidade do novo rei também foi um fator a ter em conta na mudança. Muito diferente de S. Luís, que fora um conciliador e procurara reduzir e controlar o poder dos seus rivais, Filipe IV não hesitou em recorrer a todo o tipo de meios, incluindo o uso da força e jogos de poder aparentemente fundamentados pela lei, para atacar e destruir esses rivais, muitas vezes em ataques de surpresa. É por este prisma que devemos olhar para os conflitos que manteve com Eduardo I de Inglaterra (e, depois, com o seu filho), com Gui de Dampierre e a Flandres, com o Papa Bonifácio VIII e com os Templários (cuja extinção promoveu a partir de 1312), para além da decisão de expulsar os judeus do reino. Se os métodos eram mais drásticos, os objetivos, porém, não eram propriamente inovadores. Filipe IV foi um continuador da política iniciada por Filipe Augusto: consolidar o poder régio em França e eliminar outros poderes que podiam rivalizar com o da Coroa.

As causas diretas da batalha

212

O conflito entre a Coroa francesa e a Flandres era inevitável, dado o crescimento do Estado francês, que tinha já absorvido territórios análogos, como a Normandia, a Champagne e o Anjou.

A Flandres era uma das regiões mais urbanizadas da Europa medieval, juntamente com o norte e centro da Itália, a região da Renânia e outros condados do norte da Europa, como Brabante e Liège. Após o flagelo da Peste Negra, Gante seria a cidade mais populosa, com cerca de 64 000 habitantes; Bruges teria 40 000, e Lille e Ipres perto de 25 000 habitantes. Em Paris, a maior cidade do reino, viveriam 100 000 pessoas.

A grande densidade populacional das cidades flamengas é um sinal revelador da sua enorme importância económica. A escassez de solos, já de si pobres, não permitia uma produção agrícola suficiente para nutrir uma população crescente. Obrigadas a importar bens alimentares, as cidades organizaram-se de modo a equilibrar a balança comercial através da exportação de bens manufaturados nelas produzidos, com especial destaque para os têxteis. Estabeleceram-se, para o efeito, rotas comerciais que ligavam a Flandres às feiras da Champagne e do Vale do Reno e aos mercados da Inglaterra, norte da Europa e Itália.

Politicamente, as cidades eram dominadas por governos oligárquicos, defendidos e apoiados por elementos da burguesia (os magistrados) que a historiografia batizou de “patriciado urbano”. O seu poder e prestígio a nível local derivavam, em primeiro lugar, do facto de pertencerem a famílias que há várias gerações detinham a propriedade urbana — em grande medida, eram os “donos” da cidade; em segundo lugar, da riqueza que advinha da sua ligação às manufaturas e/ou ao grande comércio externo; em terceiro lugar, do controlo exclusivo do poder concelhio, com destaque para os tribunais. Embora não pertencessem à nobreza, estes magistrados acabaram por copiar alguns dos hábitos dos *filhos de algo* e adquirir privilégios normalmente associados à nobreza, como o uso da heráldica, o porte de arma e a construção de torres fortificadas onde habitavam.

Sendo assim, não podemos resumir as tensões vividas na Flandres a um conflito entre a Coroa e a casa condal. No final do século XIII, a realidade era mais complexa, uma vez que havia uma terceira força política que almejava mais poder. O patriciado urbano foi adquirindo influência política a nível interno e externo graças ao peso económico do conjunto das cidades que representava e ao facto de estas falarem a uma só voz, defendendo interesses comuns, incidindo em questões políticas e, naturalmente, em outras de natureza financeira e económica. Desde cedo, Filipe da Alsácia (1168-91), que sempre respeitou os interesses das cidades flamengas também por suceder a Teodorico (que chegou ao trono com o apoio dos centros urbanos), fez vários acordos com diversas cidades — Gante, Bruges, Ipres, Lille, Douai e Arras, os *scabini Flandriae*. Ao fazê-lo, reconheceu o seu poder político; Filipe, no entanto, não foi um conde fraco. No século XIII, o patriciado beneficiou das posições mais débeis quer de Fernando e Joana, quer de Margarida de Constantinopla e, inicialmente, da instabilidade provocada pelo conflito entre os Dampierre e os Avesnes, para conquistar mais privilégios e poder, chegando mesmo a negociar com entidades estrangeiras em nome da Flandres! Assim ocorreu, por exemplo, em 1208, data de um acordo entre as cidades flamengas e a Coroa inglesa.

No final do século XIII, surgiu ainda um quarto elemento que interferiu no equilíbrio dos poderes políticos flamengos. Os conflitos sociais, gerados por uma crise económica que se ia agravando e que se manifestavam sob a forma de revoltas urbanas lideradas por mesteiros, levaram as corporações a conquistar algum poder a nível local, em resultado de cedências que visavam apaziguar o seu descontentamento. Desde 1279 até ao final do século, as revoltas urbanas atingiram praticamente todas as grandes cidades ‘industriais’ da Flandres e do norte de França: na década de oitenta, Douai, Bruges, Ipres, Gante, Saint-Omer, Arras (1280), Tournai, Rouen (1281), Damme, Lille, Cambraia, novamente Arras, Bruxelas, Liège (1285); na década de noventa, Rouen (1292), Saint-Quentin (1293), Laon (1295) e Calais (1298). O descontentamento tinha origem, primeiramente, na sobrecarga de impostos indiretos que atingia os bens de consumo — trigo, cerveja, vinho — e sobre as transações, incluindo a aquisição de lã, que era

fundamental para as manufaturas. Sendo impostos “cegos”, atingiam mais duramente os mais desfavorecidos. Um segundo motivo eram as exigências salariais. Face à excessiva dependência das manufaturas flamengas em relação às dispendiosas matérias-primas importadas (a lã inglesa proveniente de Cotswolds e de Shropshire) e à crise comercial, os produtores procuravam diminuir os custos da produção baixando o valor da mão-de-obra. As reações negativas não se fizeram esperar. Os primeiros alvos da fúria foram os governantes locais, pertencentes ao patriciado. O conde interferiu nesta questão colocando-se do lado dos mestres de várias cidades, fortalecendo em simultâneo o seu poder e readquirindo momentaneamente o controlo das finanças das cidades. Porém, Filipe IV, que acompanhava a situação de perto, colocou-se, por sua vez, do lado do patriciado.

Em todo este xadrez, Filipe IV foi o jogador mais ousado. Olhou para o tabuleiro flamengo como uma parte integrante de um conflito mais alargado, entre a França e a Inglaterra, que eclodira com a invasão francesa da Aquitânia, em 1294, e a consequente quebra dos laços de vassalagem entre Eduardo I e o seu suserano Filipe IV. A Flandres não tinha como escapar incólume de um choque entre estes dois reinos: o conde era também vassalo do rei francês, mas as ligações económicas entre a Flandres e a Inglaterra eram bastante estreitas. Recordemos, por exemplo, que na batalha de Bouvines (1214), os franceses enfrentaram uma coligação que incluía, entre outros, as forças do conde da Flandres e do rei de Inglaterra. Na segunda metade desse mesmo século, Margarida de Constantinopla apoiou Henrique III na repressão da rebelião liderada por Simão de Monforte. Na sequência desse apoio, e por um diferendo relativamente ao pagamento do auxílio prestado, deflagrou um braço de ferro entre Henrique III e a condessa Margarida, que terá ordenado o confisco dos bens dos mercadores ingleses na Flandres. O rei inglês retaliou, restringindo a exportação de lã inglesa. A questão ficou sanada em 1274, com a assinatura do Tratado de Montreuil, mas serviu para demonstrar a dependência económica da Flandres em relação à Inglaterra.

Entretanto, no final do século, as relações entre o rei de França e Gui de Dampierre deterioraram-se, pelo apoio que o primeiro dera ao patriciado

urbano em detrimento dos interesses do seu vassalo e pela aliança que estabelecera com os Avesnes, que não só detinham o Hainaut, como tinham subido ao trono da Holanda (em 1299). A Inglaterra, acompanhando o jogo das alianças, aproximou-se da Flandres. Em 1294, foi delineada uma aliança matrimonial entre o futuro Eduardo II e Filipina, uma das filhas do conde. Este matrimônio seria, obviamente, o selar de um acordo político e militar que Filipe IV não poderia permitir: aproveitando a presença de Dampierre em Paris para resolver alguns diferendos que mantinha com o patriciado flamengo, o rei francês mandou detê-lo. Devolveu-lhe posteriormente a liberdade, em troca do cativo de Filipina, que não mais deixará a corte francesa, onde morrerá em 1306. Filipe IV continuou o braço de ferro com o seu vassalo: aproveitando o facto de Dampierre ter invadido Valenciennes, colocou as cidades flamengas sob sua proteção direta e proibiu futuras intervenções das hostes condaís fora dos limites do reino. Dampierre respondeu nos primeiros dias de janeiro de 1298, enviando a Filipe IV um rol de todos os agravos que o monarca lhe teria feito. Terminou cortando os laços de vassalagem que os uniam. Em simultâneo, expulsou os guardiões régios das cidades flamengas. Como consequência, Gui foi excomungado por determinação de Bonifácio VIII e foram-lhe retirados os direitos a quaisquer feudos no reino francês: sinal disso mesmo foi o facto de a chancelaria régia o denominar (em documento de final de janeiro) como “marquês de Namur”, território que integrava o Império.

Em fevereiro, enviados de Filipe IV dirigiram-se a Courtrai, numa tentativa de estabelecer um acordo que travasse o corte definitivo de Dampierre com o seu suserano. Esta missão diplomática poderá ter sido uma manobra para ganhar algum tempo, pois Roberto Artois combatia ainda os ingleses na Aquitânia — derrotou-os precisamente nesse mês de fevereiro de 1298, em Bonnegarde, colocando o ducado nas mãos do monarca francês. Em junho do mesmo ano, Filipe IV tinha já o seu exército organizado e em marcha. Partindo de Arras, capital do condado de Artois, as hostes francesas invadiram a Flandres: uma hoste, liderada por Carlos de Valois e Raul de Clermont (condestável de França), dirigiu-se para Gante, onde Dampierre se encontrava; enquanto isso, a 23 de junho, Filipe IV montou uma operação

de cerco a Lille, defendida por Roberto de Béthune. A cidade cairia a 1 de setembro. A 20 de agosto, travou-se a batalha de Furnes: o exército francês, liderado por Roberto Artois, derrotou os flamengos. Guilherme de Jülich, neto de Dampierre, morreu vítima dos ferimentos sofridos nesse confronto. A queda de Lille, Courtrai e Bruges tornaram a derrota flamenga inevitável, apesar do apoio (tardio) de Eduardo I, que desembarcara no condado com 670 cavaleiros e 7000 peões. As tréguas foram assinadas a 9 de outubro e renovadas a 23 de novembro de 1298. Dessa forma, as duas partes evitaram um cerco a Gante, a principal cidade flamenga, que ainda resistia, e estabeleceram um período de paz que duraria até 6 de janeiro de 1300.

Assinadas as tréguas, Eduardo I regressou a Inglaterra, deixando atrás de si uma Flandres dividida e enfraquecida. Dampierre, doente e já com 74 anos, retirou-se, entregando os destinos do condado nas mãos de Roberto de Béthune. Terminadas as tréguas, as hostes francesas entraram novamente em ação, sob o comando de Carlos de Valois. Várias cidades capitularam face a esta nova investida: Douai, Béthune, Damme, Ipres e Gante. Com a queda de Gante, Gui de Dampierre e os seus filhos mais velhos, Roberto de Béthune e Guilherme de Crèvecoeur, com mais 50 cavaleiros, foram feitos prisioneiros. Os filhos do segundo casamento de Dampierre (João, Gui e Henrique), por serem súbditos do Império e não do rei de França, escaparam, regressando a Namur. A Flandres estava, nesse momento, totalmente dominada pelas forças da Coroa. Essa situação não provocou um descontentamento generalizado. A Flandres era considerada parte integrante do reino de França e muitas cidades flamengas viam com bons olhos a possibilidade de responder diretamente a um rei em Paris, em vez de o fazerem perante um conde demasiado próximo. Por essas razões, não é de estranhar que Filipe IV e a rainha Joana de Navarra tenham sido recebidos de forma calorosa quando visitaram várias cidades flamengas, entre maio e junho de 1301. Curiosamente, terá sido graças a estas visitas que a situação na Flandres se iria deteriorar.

Para melhor receber o séquito de Filipe IV, foi gasto muito dinheiro das rendas dos mesteres e dos impostos municipais, em particular os que incidiam sobre os cereais e a cerveja, afetando de forma mais gravosa

os menos abastados. Gerou-se, assim, um natural descontentamento entre a população de várias cidades. Em Bruges, Pedro de Coninc, um tecelão de origem obscura mas com grande capacidade de oratória, destacou-se como líder dos protestos. A pedido dos magistrados, Pedro de Coninc e a esmagadora maioria dos líderes dos mesteres foram presos. A população amotinou-se e obteve a sua rápida libertação. Um segundo motim provocou a morte de vários elementos do patriciado. Jacques de Châtillon de Saint-Pol, guardião da Flandres, negociou então com os revoltosos: em troca do final dos motins, ofereceu aos seus líderes a possibilidade de abandonarem a cidade. Para prevenir novos levantamentos, mandou derrubar parte das fortificações de Bruges e colocou em Tournai vários reféns entregues pela cidade. A situação, no entanto, fugiu ao controlo do guardião. No inverno de 1301, Pedro de Coninc regressou a Bruges e a presença dos magistrados e dos representantes régios na cidade tornou-se arriscada, forçando-os a sair. Em Gante, um outro motim levou à morte do representante do rei na cidade e ao massacre de elementos pertencentes ao patriciado. No meio de toda esta instabilidade, no mês de abril chegou à corte francesa a notícia da presença em Bruges de Guilherme de Jülich. Jülich era neto de Dampierre e, com o velho conde e os herdeiros diretos Béthune e Crèvecoeur cativos dos franceses, aparecia aos olhos de Filipe IV como um potencial agente capaz de capitalizar o sentimento de revolta a favor da casa condal. O rei reagiu ordenando, a 7 de maio, que se reunissem combatentes para uma nova intervenção na Flandres.

Entretanto, Coninc, que tentara em vão unir os revoltosos de Bruges e de Gante, acabou por se ver obrigado a deixar a cidade. No dia 14 do mesmo mês, Saint-Pol avançou para Bruges à frente de 800 homens de armas e cerca de 300 peões e decidiu instalar na cidade os seus homens. Após negociações com os representantes do patriciado, optou por deixar sair os responsáveis pelos motins e instalar os seus homens em Bruges, dividindo-os por vários espaços e edifícios. Terão ocorrido os inevitáveis abusos por parte destes, aumentando o nível de tensão entre franceses e flamengos. Na madrugada de 18 de maio de 1302, um acontecimento que será batizado pelos historiadores com o já referido nome de *Matinas de Bruges* acelerou

o processo de rutura total entre o rei e uma fatia considerável das cidades flamengas. Os revoltosos que tinham abandonado a cidade, regressados em segredo durante a noite, com Pedro de Coninc à cabeça, mataram todos os combatentes franceses que surpreenderam durante o sono. Mais de 150 homens foram massacrados. Os restantes conseguiram escapar e procuraram refúgio noutros locais, incluindo Saint-Pol. Os revoltosos, animados pelo sucesso do massacre e pela presença de Gui de Namur e João de Renesse em Bruges, que se juntam a Guilherme de Jülich, cercaram outras praças flamengas. Entre essas praças, encontrava-se Courtrai. A hoste francesa aí posicionada, com poucos efetivos, sentiu-se incapaz de defender a cidade e procurou refúgio no castelo local, preparando-se para resistir ao assédio dos Flamengos, que se iniciou a 23 de junho. As notícias do massacre de Bruges forçaram Filipe IV a reagir de forma determinada. A 3 de junho, novos homens são convocados para Arras e o seu comando é entregue a Roberto Artois.

A arte militar europeia na época

Na guerra disputada na Europa da Baixa Idade Média, a batalha era mais a exceção do que a regra, apesar do relevo que lhe é dado na literatura e na historiografia *clássica* e no imaginário que se foi construindo ao longo do tempo sobre esse período histórico. A batalha era encarada como uma jogada de alto risco, onde tudo se poderia ganhar ou perder. Fatores que não se controlavam poderiam fazer pender a vitória para um ou outro lado e não são raros os exemplos em que o lado mais fraco saiu vitorioso. Além do mais, as perdas humanas seriam sempre mais elevadas numa batalha do que noutro género de operações bélicas. Por essas razões, muitos eram os chefes militares que a evitavam e não seria fácil encontrar muitos casos em que ambos os lados da contenda a desejassem efetivamente. Ao alto risco da batalha campal, preferiam-se as cavalgadas e os raids destruidores, que envolviam poucos homens e, por esse motivo, acarretavam um risco muito reduzido, ou os cercos a praças muralhadas e castelos. Neste último caso,

os riscos seriam também menores quer para sitiantes, quer para sitiados: as perdas humanas eram menores, a maior duração do confronto tornava possível a negociação da rendição dos sitiados ou da retirada dos sitiantes, ou o triunfo de uns ou de outros por vias que não a do confronto armado (atos de traição, por exemplo, ou os efeitos da sede e da fome, eram fatores que pesaram muitas vezes no desenrolar de um cerco).

No que toca aos efetivos que compunham os exércitos cristãos desta época, podemos destacar três corpos principais:

- a) Cavalaria: pesada e ligeira, com grande ênfase para a primeira, sendo a segunda um recurso mais frequente nos exércitos muçulmanos. A cavalaria pesada podia, caso a situação concreta assim o exigisse, combater apeada. Embora perdesse mobilidade, mantinha muita da sua eficácia, dado o elevado nível de preparação destes cavaleiros e do seu armamento. De facto, o equipamento ao dispor destes guerreiros era de grande qualidade, quer o defensivo, quer o ofensivo. No equipamento defensivo, destacam-se as proteções de cabeça e as peças de malha metálica que, num período mais tardio, eram combinadas com peças de placas metálicas para proteger o corpo dos golpes inimigos. Em relação ao equipamento ofensivo, predominavam as lanças de armas (utilizadas exclusivamente no combate a cavalo), a espada e as armas de choque (por exemplo, as maças de armas);
- b) Besteiros ou arqueiros: corpos especializados e altamente bem treinados e equipados, que utilizavam armas de longo alcance (bestas e arcos) e que eram extremamente úteis na guerra de cerco e nas batalhas, sobretudo nos momentos iniciais, podendo mesmo ter um papel decisivo no desenrolar dos acontecimentos;
- c) Infantaria: Esta última poderia dividir-se entre contingentes formados por homens recrutados nas zonas rurais e milícias urbanas. Os primeiros integravam geralmente homens retirados dos domínios régios e de grandes senhores. Mal equipados (cada um levava para a guerra as armas que possuía, em muitos casos instrumentos de

trabalho adaptados a um fim mais violento) e mal treinados, muitas vezes indisciplinados e pouco motivados, entre os séculos XI e XIII tiveram nas batalhas funções sobretudo defensivas. Por vezes, eram olhados com alguma desconfiança por parte do comando e eram geralmente ignorados pelos cronistas, que apenas referem a sua presença sem lhes conferirem grande destaque. Em relação às milícias urbanas, eram grupos de combatentes mais bem treinados e homogêneos, possuindo armamento de boa qualidade. Em regra, estes homens eram mais valiosos e eficazes em combate. Tanto a França como a Flandres (e também a Itália e a Península Ibérica) ofereciam bons contingentes provenientes de meios urbanos, havendo neste ponto uma vantagem para o condado flamengo, pela grande densidade populacional e pelo elevado número das suas cidades.

As formas de recrutamento eram também variadas. Para além dos homens que compunham as hostes pessoais dos grandes cavaleiros (incluindo, naturalmente, do rei), havia o recurso aos vassallos, que tinham como dever a prestação do *auxilium* militar, e aos homens que viviam nas terras dos nobres. À medida que vamos avançando no tempo, aumenta o número de combatentes que são pagos para o efeito. Os mercenários são uma presença assídua em todos os grandes confrontos europeus da época, podendo ser cavaleiros, arqueiros e besteiros ou peões especializados (como, por exemplo, os lanceiros lombardos presentes em Courtrai). Dado o seu elevado custo, estavam normalmente presentes em pequenos grupos.

No exército francês, a cavalaria pesada tinha um papel hegemónico, como aliás em quase todo o mundo cristão, e atuava exclusivamente a cavalo. Já o exército inglês recorria com grande sucesso aos poderosos arqueiros, embora o papel principal permanecesse nas mãos dos cavaleiros, que poderiam atuar a cavalo ou apeados, por opção tática ou porque as condições do terreno a isso obrigavam. A opção pela cavalaria pesada condicionava as escolhas táticas que eram feitas pelos exércitos. Regra geral, ela tomava a iniciativa do ataque, após uma primeira fase de lançamento de setas ou de tiros de bestas. As cargas da cavalaria visavam por norma um ataque

frontal às linhas do inimigo, fossem estas constituídas por outros cavaleiros ou por forças de infantaria, e tinham como objetivo penetrar nessas linhas e/ou desbaratar a formação inimiga. Da eficácia deste primeiro golpe poderia depender o desenrolar da batalha, pois nem sempre estes grupos de cavaleiros dispunham de um treino conjunto ao ponto de lhes permitir reagrupar para nova investida. As cargas sucessivas bem mecanizadas eram, portanto, situações pouco frequentes. Em regra, do primeiro embate decorria uma *mêlée*, na qual se combatia corpo-a-corpo, com recurso a armas de mão (espadas ou armas de choque). O resultado desses combates ditaria o desfecho da batalha, por vezes com recurso a outras manobras que desequilibrassem a contenda para um dos lados — era o caso, por exemplo, do uso de reservas ou da realização de ataques sobre a retaguarda — que poderiam ocorrer com a intervenção combinada de cavalaria e infantaria.

A Flandres, por seu lado, é uma realidade distinta. Como vimos anteriormente, estamos a falar de um espaço muito urbanizado (diferente da restante França ou do reino inglês), onde a rivalidade entre as cidades e a casa condal era constante. Por esse motivo, as cidades possuíam as suas próprias milícias, organizadas de acordo com o sistema das corporações. Daí resultavam corpos militares extremamente disciplinados — estes homens trabalhavam juntos diariamente e o seu sucesso individual dependia do êxito da sua corporação. Estavam unidos por laços familiares e por interesses comuns, pelo que havia uma grande coesão entre todos. Em várias ocasiões, tinham lutado juntos, muitas vezes contra a casa condal, para obterem determinados direitos e privilégios, e estavam preparados para o fazer contra outros inimigos. Estas milícias urbanas estavam muito bem equipadas e os seus elementos eram generosamente remunerados. Por norma, combatiam apeados. Tinham, por esse motivo, uma grande capacidade de adaptação a todo o tipo de terreno e de condições, ao contrário da cavalaria, que se via forçada a alterar a sua forma de combater (montada ou apeada) em função do tipo de terreno.

Uma guerra longa implicava custos elevados e diminuição da produção artesanal: por esse motivo, as milícias urbanas eram geralmente avessas a cercos prolongados ou a campanhas que envolvessem uma sequência de

escaramuças e de pequenos confrontos que pouco decidiam. Em termos estratégicos, estas milícias preferiam guerras curtas e procuravam criar condições para forçar o inimigo a travar uma grande batalha que decidisse o confronto a seu favor.

O papel das milícias urbanas na guerra com a França vai ganhando cada vez mais peso. Durante o conflito de 1297 e 1300, a cavalaria do condado foi bastante enfraquecida com as derrotas frente ao exército francês e, conseqüentemente, com o aprisionamento de Gui de Dampierre e de dezenas de outros nobres flamengos. Muitos dos nobres que permaneceram livres eram apoiantes de Filipe IV e integravam as suas hostes. Os que permaneciam do lado do conde eram em número reduzido, perdendo a cavalaria, por essa razão, importância enquanto corpo militar. Não deixarão, no entanto, de estar presentes nas grandes batalhas, onde irão combater apeados ao lado das forças de infantaria. Assim ocorre em Courtrai, Arques, Mons-en-Pévèle, Cassel e Westrozebeke (em Guinegate combatem a cavalo). A presença dos nobres entre as milícias revelou-se fundamental, quer pela sua capacidade de liderança e experiência militar, quer pela motivação dada aos peões. A partir do triunfo de Courtrai, as milícias urbanas impõem-se definitivamente no panorama militar da Flandres e não deixarão de estar presentes nos grandes confrontos do século XIV que envolvem o condado.

Composição dos exércitos envolvidos na batalha de Courtrai

Como foi já adiantado atrás, a essência do exército francês residia na sua poderosa cavalaria. Verbruggen adianta, para a batalha de Courtrai, um valor de 2500 a 3000 homens de armas a cavalo. Outros autores apontam para valores mínimos mais próximos dos 2000 homens. Os cronistas, muitas vezes dados ao exagero, apontam números pouco prováveis, que oscilam entre os 7000 e os 10 000 homens de armas.

Em relação à infantaria, mais uma vez, alguns cronistas apresentam valores muito superiores: Villani, por exemplo, avança o número de 40 000 peões, incluindo um corpo de 10 000 besteiros. O curto espaço

de tempo entre a convocatória e a reunião das hostes em Arras põe em causa, desde logo, esses valores exagerados. Em relação aos besteiros, tendo em conta o papel praticamente irrelevante que tiveram no decorrer da batalha, o seu número seria seguramente inferior ao avançado por Villani. Verbruggen calcula que a cavalaria francesa seria acompanhada por 1000 besteiros e aproximadamente 5000 peões, valores muito mais razoáveis. Roberto Artois teria, assim sendo, um total de 9000 homens (valores máximos) às suas ordens.

Do lado das cidades flamengas, o número de cavaleiros era muito inferior, pelas razões já atrás sugeridas: muitos cavaleiros cativos, ou mobilizados para a causa de Filipe IV; e maior importância das forças de infantaria nas hostes urbanas. Verbruggen aponta para a presença de 300 homens a cavalo (200 nobres flamengos e 100 de outros territórios), aos quais se podem adicionar 300 homens de armas enviados por João de Namur, que terão chegado à última hora. Em síntese, terão combatido em Courtrai cerca de 400 a 600 homens de armas no lado flamengo. Os valores da infantaria são muito mais elevados. A milícia de Bruges era composta, ainda segundo o mesmo autor, por 3470 homens. Acompanhavam-na em Courtrai a milícia do termo (arredores) de Bruges, com 3000 homens, e uma terceira milícia com idêntico número de combatentes vinda da Flandres oriental. Somam-se a estes números 500 homens de Ipres e a reserva de João de Renesse, também composta por meio milhar de combatentes. Por fim, o corpo de besteiros integrava 16 “condestáveis” ao comando de 320 besteiros e 160 apavesados. Estes tinham como função proteger os besteiros com um grande escudo de cerca de um metro de altura, o pavês, que poderia ser fixado no solo com auxílio de uma estaca, quando os besteiros se encontravam a carregar a sua besta (um processo demorado e que, de outro modo, deixaria o guerreiro à mercê dos disparos do inimigo).

Em suma, o exército flamengo era composto por 400 a 600 cavaleiros, cerca de 500 besteiros e apavesados e 9470 homens de infantaria, na sua esmagadora maioria elementos das bem treinadas e equipadas milícias urbanas. Assim sendo, podemos verificar um grande equilíbrio em termos numéricos entre os dois exércitos: 10 570 homens no exército flamengo,

9000 no exército francês. Os desequilíbrios surgem quando analisamos as coisas arma a arma: há uma clara superioridade da cavalaria francesa, que é quatro a cinco vezes superior à cavalaria flamenga, e do corpo de besteiros francês, duas vezes superior em número aos seus adversários diretos. Em contrapartida, em relação à infantaria, a balança pende claramente para o lado flamengo, que apresenta cerca do dobro de efetivos da do inimigo.

A liderança das duas hostes

Embora as principais figuras políticas deste confronto entre o reino de França e o condado da Flandres fossem o rei Filipe IV e o conde Gui de Dampierre, não foram eles os protagonistas militares da batalha de Courtrai. Como referimos anteriormente, as circunstâncias levaram a que fossem outros os generais presentes no campo de batalha — Gui de Dampierre, à época cativo dos franceses e com 77 anos, estava impossibilitado de liderar os seus homens. O seu filho mais velho, Roberto de Béthune, encontrava-se também em cativeiro. Assim, encontramos à cabeça da hoste flamenga o neto de Dampierre, Guilherme de Jülich, Guy de Namur, nascido do segundo casamento de Dampierre, e um nobre de origem zeelandesa (da Zelândia, atual Holanda) chamado João de Renesse, experimentado na guerra e que terá, como veremos, um papel fundamental no desenrolar do combate.

Do lado francês, como já foi referido, o comando estava a cargo de Roberto, conde de Artois, uma escolha pessoal e perfeitamente natural de Filipe IV. Desde logo, Roberto pertencia à linhagem capetíngia (filho de Roberto I de Artois, era sobrinho de São Luís e seu protegido). Nesse sentido, era um dos grandes cavaleiros de França e tinha uma vasta experiência militar. Como a grande maioria dos nobres da sua época, Roberto Artois era uma presença assídua nos torneios que se realizavam um pouco por toda a Europa cristã; dessa forma, treinava o manejo das armas em tempo de paz. Porém, foi na guerra que Artois mais desenvolveu as suas competências militares. Em 1270, participou na Cruzada de Tunes. Na década seguinte, encontrava-se ao serviço de Carlos de Anjou, rei da Sicília, onde assumiu

funções militares e governativas — esteve envolvido em vários confrontos militares, mas, curiosamente, não disputou uma única batalha campal neste período. Na última década da centúria de Duzentos, Filipe IV convocou-o para integrar o seu conselho e participar em várias das suas campanhas — frente aos ingleses, na Aquitânia, obteve uma vitória na batalha de Bonnegarde, e no mesmo ano de 1297 venceu os flamengos na batalha de Furnes. Por fim, terá havido uma razão mais pragmática para a escolha de Roberto para liderar o exército francês. Os seus domínios, ou seja, o condado de Artois, faziam fronteira com a Flandres. Essa proximidade permitia que o recrutamento de combatentes fosse mais célere. E, de facto, assim terá acontecido: além de contratar vários cavaleiros mercenários, ao lado de quem tinha já combatido noutras refregas, Roberto convocou os seus vassalos do Artois. Muitos outros combatentes vieram de outras regiões próximas da Flandres (dos territórios de Saint-Pol, Brabante, Lorena e do Hainaut, por exemplo), pelo que o exército que Artois liderou em Courtrai incluía os principais nomes da nobreza do norte da França. Estamos, portanto, na presença de um cavaleiro leal a Filipe IV, experimentado nas lides militares, sobretudo no combate corpo-a-corpo e no comando de pequenos contingentes de cavaleiros, mas com menor experiência em termos de condução de uma grande batalha campal, que exigia a coordenação de diferentes armas e a leitura hábil de todo o cenário envolvente. Apesar desse ponto menos favorável, a *bonra* e o carisma de Artois faziam dele uma escolha dificilmente questionável. Ao serviço de Artois encontravam-se Raul de Clermont, senhor de Nesle e condestável de França; Guilherme de Clermont (irmão de Raul); Simão de Melun e Reinaldo de Trie, marechais de França; João de Burlats, mestre dos besteiros e da infantaria; e Pedro Flote, chanceler do reino.

Itinerários dos dois exércitos até ao campo de batalha

Após as Matinas de Bruges, o exército flamengo partiu de Bruges e, durante algum tempo, avançou sobre outras povoações da região, que procurou colocar sob seu domínio: a 31 de maio, Wijnendale; a 1 de junho,

Gistel; a 2 de junho, Nieupoort; a 5 de junho, Hondshoote; e, no dia seguinte, Winoksbergen. Passando por Odenarde, a hoste dirigiu-se finalmente para Courtrai, onde, no dia 26 de junho, iniciou o cerco ao castelo.

Por seu lado, o recrutamento do exército francês fora feito num curto espaço de tempo. A primeira convocatória data de 7 de maio, onze dias antes das Matinas de Bruges. Na sequência do massacre, nova convocatória foi feita para Arras, no dia 21 de junho, numa altura em que o levantamento das cidades flamengas era já uma certeza. A 30 de junho, o exército encontrava-se em Lens. A marcha levou-o, no dia seguinte, até Seclin (sudoeste de Lille); no dia 2 de julho, avançou até Marquette (a nordeste de Lille) e, no dia 8, encontrava-se já nos arredores de Courtrai, na área designada por Pottelberg.

O terreno de batalha

A batalha de 11 de julho de 1302 travou-se em terrenos próximos de Courtrai, que deu o nome à jornada. No entanto, a morfologia alterou-se com o passar do tempo e com os efeitos da presença humana, tornando difícil assinalar e retratar, com exatidão, o espaço onde o confronto se deu. O próprio curso do rio Lys está hoje praticamente canalizado desde a sua nascente, em Lisbourg (França), até ao Escaut, do qual é afluente. As reconstituições existentes (Verbruggen aponta quatro) baseiam-se nos diferentes relatos dos cronistas, numa fonte documental datada de 1444 sobre um dos cursos de água que percorriam na altura a paisagem, na análise de mapas como o de Jacob van Deventer, um cartógrafo holandês que viveu no século XVI, e na observação do terreno em redor de Courtrai tal qual ele se encontrava nos finais do século XIX, quando as primeiras reconstituições sistematizadas foram elaboradas. A existência de descrições distintas, mesmo dos cronistas que viveram num período mais próximo da batalha, é apenas uma das dificuldades que enfrentam os investigadores que procuram estudar esta batalha. Não há unanimidade no número de cursos de água nem na sua designação, assim como não a há no que toca

às valas que poderão ter dificultado a atuação da cavalaria francesa. Assim sendo, a descrição que a seguir se irá apresentar, bem como o esquema correspondente (vejam-se as ilustrações em anexo — esquema 1), devem ser vistos como uma hipótese de trabalho, validada pela opinião bem fundamentada de investigadores que se dedicaram a este assunto, sobretudo J. F. Verbruggen e Kelly DeVries.

O rio Lys (ou Leie, em neerlandês) tem a sua nascente em Lisbourg (França) e percorre cerca de 195 km na direção nordeste, até desaguar no Escaut (Schelde, em neerlandês), nas proximidades de Gante, na Bélgica (Gand, em francês e Gent em neerlandês). A povoação medieval de Courtrai situava-se na margem direita do Lys, mais ou menos a meio do percurso do rio. Embora não tenha grande caudal (hoje em dia apresenta valores que oscilam entre os 12,80 m³/s, em agosto, e os 35,60 m³/s em fevereiro — o Sena, por exemplo, apresenta para os mesmos meses caudais de 253 m³/s e 824 m³/s), o Lys fornecia água suficiente quer para as necessidades da população, quer para o preenchimento do fosso que rodeava a povoação. Esse fosso está presente na planta da batalha elaborada por Verbruggen, mas aparece também no mapa quinhentista de Jacob van Deventer. Ao Lys estava ligado um curso de água, o Groeninge, que se situava a leste de Courtrai, traçando uma linha perpendicular ao rio, ligeiramente desviada na direção de sudeste. Num determinado ponto do Groeninge, um segundo curso de água vai ligar este ribeiro ao fosso de Courtrai, numa área designada em neerlandês por Hoge Vijver (“lagoa alta”). Esse segundo curso de água é designado em neerlandês como Grote Beek (que se poderá traduzir por “grande ribeiro”) ou como ribeiro de St. Jan. Estava assim criada uma segunda linha protetora a nascente da cidade, que envolvia uma área de terrenos e a abadia cisterciense de Nossa Senhora de Groeninge. Foi nessa área circundada por água (o Lys a norte, o Groeninge a leste, o Grote Beek a sul e o fosso de Courtrai a oeste) que as forças flamengas se colocaram para aguardar o avanço dos franceses, como mais adiante iremos referir.

Courtrai era servida por várias estradas e caminhos, que ligavam a cidade a outros importantes pontos. Assim, a sul, encontrava-se a estrada para Lille, através do Pottelberg (uma área de maior elevação, como o sufixo “berg” —

“montanha” — dá a entender). Também para sul, uma segunda via, a nascente da já referida, ligava a cidade a Tournai. Esta mesma estrada, depois de atravessar Courtrai, seguia para Bruges. Para leste de Courtrai, dois caminhos conduziam a Gante (mais a norte, passando próximo da abadia, cujo edifício Jacob van Deventer apresenta já arruinado no século XVI) e a Ouedenaarde, este último cruzando o Grote Beek e atravessando a área designada por Lange Mare, onde a reserva francesa estará estacionada no início da batalha.

Vários autores assinalam a existência de terrenos pantanosos e/ou de fossos que dificultaram o avanço das forças francesas. Não é possível determinar se esses obstáculos foram propositadamente abertos no solo pelos flamengos nos dias que antecederam a batalha, ou se já existiam no terreno, como resultado da presença de vários fios de água. No entanto, a sua existência não oferece grandes dúvidas — seriam obstáculos relativamente largos e profundos, alguns com água, outros com vegetação.

Foi neste cenário que os dois lados da contenda ordenaram as suas forças e se prepararam para o combate: a norte (com o Lys nas suas costas, Courtrai a oeste e protegidos pelos cursos de água já referidos), ficaram os flamengos; a sul (do lado oposto do Grote Beek), estava a ala esquerda da hoste francesa; no Lange Mere, ficou posicionada a reserva francesa; e a norte, também na margem oposta do Groeninge, a ala direita francesa.

Os objetivos estratégicos

Como sucede com muitas batalhas, também a de Courtrai surgiu na sequência de uma operação de cerco. Como foi já referido, a rebelião que estalou após o massacre de Bruges alastrou também à cidade de Courtrai, tendo o seu castelo sido cercado pelos flamengos. No interior, resistia uma pequena guarnição de 13 cavaleiros e 49 escudeiros, 220 besteiros e 52 outros homens (possivelmente de infantaria ou elementos de apoio aos besteiros). Foi para libertar o castelo do cerco flamengo que as forças de Artois se dirigiram na direção de Courtrai. No entanto, o confronto entre franceses e flamengos numa batalha campal oferecia diversas vantagens:

para os primeiros, a vitória na batalha vingaria os homens massacrados em Bruges e seria um golpe definitivo na rebelião, colocando o condado novamente sob controlo da Coroa; para os segundos, uma vitória implicaria a tomada de Courtrai e, a partir daí, abriria caminho para a conquista de Cassel, Lille e Douai. Significaria também travar quaisquer pretensões francesas em avançar sobre Bruges, Ipres e Gante, que ficavam a norte do Lys e de Courtrai. Politicamente, esse triunfo poderia equilibrar a relação de forças entre os dois lados da contenda, levando a uma negociação que trouxesse para as cidades flamengas maior autonomia económica e política e, para a casa condal, a libertação do conde e do seu herdeiro e também o reconhecimento de direitos que Filipe IV anteriormente tinha limitado.

Tanto Artois como os líderes flamengos pareciam efetivamente desejar a batalha. Os flamengos terão mesmo concentrado as suas forças e iniciado o cerco ao castelo de Courtrai numa tentativa de atrair o exército francês para o tentar derrotar num único grande confronto. Ainda antes da chegada do exército de Artois, os flamengos prepararam o terreno para um possível embate, abrindo cavas a sul e a sudeste do Lys (nas linhas do Groeninge e do Grote Beek). Por seu lado, Artois procurou inicialmente investir sobre as muralhas de Courtrai, junto às portas de Tournai e de Lille, sem sucesso. Falhada esta tentativa de libertar a cidade, Artois terá então decidido enfrentar os flamengos numa batalha campal. Para o efeito, ignorou os alertas de conselheiros mais prudentes, que se opunham a um confronto nas condições que então se verificavam, preocupados sobretudo pela forte posição defensiva dos flamengos, encerrados numa “ilha” à qual a cavalaria francesa poderia ter dificuldades em chegar devido às cavas (que os franceses sabiam existir) e aos cursos de água.

Os dispositivos táticos

Tornando-se inevitável a batalha, os dois exércitos colocaram-se em posição (vejam-se as ilustrações em anexo — esquema 1). Os flamengos ocuparam o terreno delimitado pela água: atrás de si ficava o Lys, impedindo

um ataque francês pela retaguarda e, ao mesmo tempo, qualquer tentação de fuga por parte dos flamengos; a sua frente encontrava-se protegida pelo Groeninge (a leste), o Grote Beek (a sul) e o fosso de Courtrai (a oeste) e pelas cavas rasgadas nos dias anteriores; no interior dessa verdadeira fortificação, os flamengos dispuseram-se numa única linha sólida. Na ala esquerda, de frente para o Groeninge e partindo dos limites da abadia, colocaram-se as milícias da Flandres oriental, sob comando de Gui de Namur. No centro da linha, de frente para o ponto em que o Groeninge se ligava ao Grote Beek, colocaram-se os elementos oriundos do termo de Bruges e da Flandres ocidental e, na ala direita, as milícias de Bruges, sob comando de Guilherme de Jülich, com a frente protegida pelas águas do Grote Beek e o flanco direito pelo fosso de Courtrai (mais concretamente, pelo Lage Vijver). Ordenados de acordo com as corporações a que pertenciam, os milicianos flamengos dispuseram-se da seguinte forma: na fila da frente, os combatentes com piques, longas lanças que fincavam no solo, apontadas obliquamente para a frente, criando uma barreira para travar a investida da cavalaria francesa. Atrás desta fila de piques, ficavam os guerreiros armados de maças de armas, usadas com as duas mãos e que eram utilizadas como arma de choque, para rasgar as proteções metálicas dos cavaleiros e causar, por esmagamento, ferimentos graves, muitas vezes mortais, em homens e montadas. Além das maças, a infantaria flamenga empunhava as tradicionais espadas, lanças e seguramente outras armas de choque, como martelos ou achas. No entanto, a iconografia da batalha dá grande relevo a uma arma típica da infantaria flamenga, o *goedendag*. O nome é irónico, pois significa “bom dia” — uma macabra forma de saudação, uma vez que o *goedendag* era uma espécie de bastão grosso, composto por uma haste de madeira encimada por um espigão de aço afiado. A ponta da haste onde se encaixava o espigão era reforçada por uma larga cobertura metálica, para aumentar a resistência e a eficácia da arma. Empunhado com uma das mãos, como mostram as representações iconográficas (recordemos a Arca de Oxford), o *goedendag* provaria ser uma arma eficaz na luta corpo-a-corpo. Como equipamento defensivo, as milícias são representadas envergando uma capelina, ou seja, um casco semiesférico em

metal, para defesa da cabeça, e proteções de malha metálica para o corpo: camal para proteção do pescoço, cotas para defesa do tronco e brafoneiras (uma espécie de calças curtas, feitas em malha metálica) para proteção dos membros inferiores. Sobre essas peças, envergavam ainda uma túnica em tecido, possivelmente adornada com símbolos identificativos da corporação ou da cidade que representavam. Os homens de armas apeados cerraram fileiras com a infantaria, contribuindo com a sua presença e experiência para elevar a moral dos combatentes mais humildes e impedir que a linha se desagregasse com o ataque francês.

Atrás da longa linha curva da infantaria, encontrava-se a reserva, liderada por Renesse, a quem coube seguramente a liderança da batalha. À frente da infantaria, os besteiros colocaram-se em posição para dar início à contenda com os seus disparos de virotões, atrás da barreira protetora dos paveses. Por fim, o contingente de Ipres colocou-se entre as portas do castelo de Courtrai e o campo de batalha, de modo a impedir qualquer surtida da guarnição francesa.

Decididos a travar batalha, os franceses descem do Pottelberg (a sudoeste de Courtrai) e contornam os limites da cidade avançando para oriente, até se instalarem na margem oriental do Groeninge. Aí, as suas forças vão posicionar-se em três linhas: na primeira, o corpo de besteiros e a infantaria, sob o comando de João de Burlats, mestre dos besteiros; na segunda, a cavalaria surge ordenada em nove “batalhas”, que se irão dispor no terreno em duas alas. Cada uma dessas “batalhas” tinha o seu líder:

Ala esquerda:

- Raul de Nesle, condestável do reino — que irá liderar o ataque da ala esquerda;
- Os marechais de França, Guilherme de Clermont (irmão de Raul de Nesle), Reinaldo de Trie e Simão de Melun;
- Godofredo de Brabante.

Ala direita:

232

- Roberto Artois, comandante máximo do exército francês;
- J. Châtillon;
- Mateus de Trie;
- Condes de Eu e de Aumale.

Por fim, as restantes “batalhas” irão compor a reserva, que permanecerá no centro do terreno, atrás das duas alas. Lideravam o primeiro desses esquadrões da reserva Gui de Châtillon, conde de Saint-Pol, e Roberto de Bolonha; Luís de Clermont liderava o segundo. Acompanhavam-nos diversos nobres do Brabante, do Hainaut, da Borgonha, da Champagne e da Auvergne.

“Como lebres numa armadilha”

Por volta das 6h da manhã do dia 11 de julho de 1302, o exército flamengo posicionou-se no terreno já atrás descrito e aí dispôs os seus homens. A única refeição do longo dia que então começara terá tido lugar nessas primeiras horas. Em simultâneo, os franceses estariam a colocar também os seus contingentes no terreno.

Do lado flamengo, os comandantes discursaram, dando instruções e procurando animar e encorajar os combatentes, naturalmente receosos e nervosos. Os cronistas destacam o discurso de Renesse, que parece ter sido quem definiu a tática a empregar no campo de batalha. O cavaleiro zelandês instruiu os guerreiros no sentido de não permitirem que as linhas se quebrassem perante a ofensiva francesa. Para o efeito, ordenou-lhes que golpeassem tanto cavaleiros como montadas, sinal de que se esperava que o papel principal da ofensiva francesa coubesse à formidável força de cavalaria que se avistava para além das águas, com os seus estandartes coloridos. Para manter a disciplina indispensável à vitória, outras instruções foram dadas: os flamengos não deveriam fazer quaisquer prisioneiros nem deveriam procurar o saque, duas práticas que punham em causa a

segurança dos companheiros e que desordenavam e enfraqueciam as linhas. Por último, um aviso: qualquer tentativa de fuga ou demais atos de covardia seriam punidos com a morte — e quem visse um companheiro a fugir deveria impedi-lo ... ou matá-lo. Os guerreiros flamengos perceberam a situação em que se encontravam: se queriam sair vivos daquele campo de batalha, teriam de triunfar sobre o inimigo; qualquer outra hipótese de sobrevivência estava-lhes interdita. Numa palavra: era vencer ou morrer...

Entretanto, realizou-se o conselho de guerra francês. Artois escutou a opinião dos seus conselheiros e, em conjunto, foi feita a análise da situação. Nem todos os conselheiros eram favoráveis a uma batalha contra um exército numeroso (ainda que com uma cavalaria em inferioridade numérica) e bem entrincheirado, que só se poderia atingir cavalgando por um terreno que não oferecia as melhores condições de sucesso à cavalaria. Aqui, os relatos, dividem-se mais uma vez. Alguns cronistas afirmam que a existência de cavas era desconhecida por parte dos franceses (ênfatizando, dessa forma, a ação pouco honrosa dos flamengos e retirando parcialmente o mérito à sua vitória). Outros, não referem sequer a existência das cavas no seu relato. Outros ainda, escreveram que os franceses eram conhecedores do estado do terreno, tendo Artois chegado a comprar um mapa dos obstáculos a um flamengo, pago a peso de ouro.

Em nosso entender, os franceses conheciam bem o estado do terreno. Estavam nas proximidades há mais de três dias, tendo tempo mais do que suficiente para inspecionar o local e interrogar os habitantes. Recorde-se ainda que, nas hostes francesas, estavam nobres flamengos partidários da Coroa (os *leliaerts*, adeptos da flor-de-lis). Courtrai não seria, portanto, um local desconhecido. Aliás, só assim se compreende que se tenham ouvido vozes contrárias à realização da batalha — se todos os cavaleiros do conselho de Artois ignorassem as armadilhas do terreno ou se estas simplesmente não existissem, não haveria motivos fortes para desconfiar do êxito da cavalaria. Porém, a nobreza francesa confiava totalmente na superioridade da sua cavalaria e na eficácia do seu poder de choque. Do passado ecoavam ainda os relatos das suas vitórias, forjando uma lenda de invencibilidade da cavalaria pesada sobre as forças de infantaria.

Assim, no final do conselho, a decisão foi tomada e os franceses iriam efetivamente combater.

Como era prática habitual, os guerreiros confessaram-se e pediram a absolvição dos seus pecados. Em ambos os lados, vários combatentes foram armados cavaleiros. Artois conferiu o título de cavaleiro a guerreiros de Brabante e do Hainaut, e Namur fez o mesmo ao sobrinho Jülich. De seguida, tio e sobrinho armaram cavaleiros outros guerreiros, entre os quais Pedro de Coninc e muitos outros mesterais. Esta promoção estimulou os novos cavaleiros e os seus companheiros de corporação, esperançados em também eles virem a ser agraciados com tão importante e inesperada honra.

Do castelo, a guarnição francesa observava decerto a movimentação dos exércitos e os preparativos para a batalha, com um olhar especialmente atento para a guarnição de Ipres, que se colocara diante da fortaleza, à maneira de um tampão para travar qualquer tentativa de saída.

Cerca do meio-dia, a batalha começou (vejam-se as ilustrações em anexo: esquema 2). Artois ordenou aos seus besteiros que disparassem sobre o exército flamengo. Da outra margem dos dois cursos de água, os besteiros flamengos fizeram o mesmo. Porém, esta troca de tiros de besta revelou-se ineficaz: os besteiros flamengos estavam bem protegidos, atrás dos seus paveses, contribuindo certamente para essa ineficácia; porém, a principal razão esteve no posicionamento da infantaria flamenga, bem recuada em relação às margens do Groeninge e do Grote Beek. Mesmo avançando até esse ponto para disparar, os besteiros franceses não conseguiam atingir com sucesso os seus inimigos. Um tiro de besta perdia eficácia a partir dos 150 metros, uma vez que o impacto do projétil se tornava menor, tornando-o incapaz de perfurar os paveses e as proteções que os guerreiros envergavam.

Seguiu-se o avanço da infantaria francesa. Sem grandes dificuldades, estes peões atravessaram o terreno que os separava dos cursos de água, alheios a quaisquer obstáculos naturais ou construídos e arremessaram setas (com os seus arcos), lanças e também pedras (seguramente com o recurso a fundas) sobre as posições inimigas. De acordo com alguns relatos, deu-se um recuo dos flamengos, por algum receio ou pela ação dos adversários.

Há autores que colocam a hipótese de este recuo ter sido simulado pelos próprios flamengos, para apressarem o avanço da cavalaria francesa. Fosse qual fosse a razão, a verdade é que o recuo flamengo acabou por despoletar a investida da cavalaria da flor-de-lis.

Artois, nesse momento, ordenou a retirada da infantaria, para que se abrisse caminho para a carga dos cavaleiros. Há várias hipóteses que procuram explicar esta decisão do comandante francês. Alguns relatos sublinham a grande pressão que Artois teria sofrido por parte dos seus homens montados, que temiam que a batalha terminasse sem a sua intervenção e que os louros da vitória coubessem à infantaria. Desejosos de combater, acabaram por convencer Artois a dar ordem para o seu avanço. Outros relatos enfatizam a falta de competência de Artois, que terá analisado incorretamente o evoluir da batalha, acreditando que a balança já pendia definitivamente para o lado francês. Nesse caso, o avanço da cavalaria seria o golpe de misericórdia num exército de gente comum que estava praticamente derrotada. Ambas as hipóteses são válidas, ainda que tenham sido veiculadas por cronistas com olhares parciais e que necessitavam de justificar uma derrota que consideram inexplicável: ou pela soberba dos cavaleiros, ou pela incompetência de Roberto Artois.

Alguns historiadores colocaram uma terceira hipótese que consideramos bastante plausível: Artois tinha consciência de que a sua infantaria era inferior à do inimigo, uma vez que era composta por homens menos experientes na guerra (ou, pelo menos, com menor treino conjunto) e equipada com armamento inferior ao do inimigo. Se estes guerreiros se aventurassem para lá do Groeninge e do Grote Beek, uma reação flamenga poderia forçá-los a recuar, fazendo-os cair nas águas, sem que a cavalaria pudesse ir em seu auxílio, uma vez que o avanço flamengo colocaria a barreira de piques junto às margens, impedindo os cavaleiros de as transpor em segurança. Por outras palavras, para que a carga da cavalaria tivesse o impacto necessário, era necessário que os flamengos continuassem numa posição recuada em relação aos cursos de água e que a infantaria francesa retirasse prontamente, de modo a não ser também ela um obstáculo para os contingentes montados ao serviço de Roberto Artois.

Assim foi: a infantaria francesa iniciou a sua retirada e sete formações de cavaleiros avançam (veja-se os esquemas 3 e 4). A ala esquerda, sob o comando do condestável, foi a primeira a partir; com Raul de Nesle, avançaram também os contingentes dos marechais e de Godofredo de Brabante. Dois ou três minutos depois, a ala direita fez o mesmo: avançaram os contingentes de Châtillon, de Mateus de Trie e o dos condes de Eu e de Aumale. Quanto ao núcleo liderado por Artois, também posicionado na ala direita, não se moveu. Mais recuada e em posição central, a reserva manteve-se igualmente na expectativa.

Os cursos de água e as cavas com água não revelaram ser um obstáculo inultrapassável, o único constrangimento poderá ter sido causado por elementos da infantaria que ainda não tivessem desobstruído o caminho. Assim sendo, as formações da ala esquerda atravessaram o Grote Beek sem dificuldade de maior e reagruparam-se na outra margem para carregarem sobre os contingentes de Bruges. O ruído do galope dos cavalos misturava-se com o som das trombetas e com o grito dos cavaleiros e dos peões. Os piques flamengos foram fincados no solo, erguendo as suas pontas afiadas para a frente. Os cavaleiros franceses deitaram as suas lanças (isto é, colocaram-nas na horizontal, presas debaixo das axilas direitas e pressionadas contra o tronco), apontando-as para a barreira de peões que se avistava à sua frente. Alguns cavalos reagiram, temendo os piques, e procuraram desviar-se, ou então travaram a sua marcha, gerando confusão entre os restantes cavaleiros. Mas nem todos os animais hesitaram, e o choque das montadas com os piques foi certamente brutal, com cavalos feridos caindo no chão e derrubando consigo os cavaleiros.

O contingente urbano de Bruges parece ter aguentado o impacto. A *mêlée* que daí resultou fez aumentar o número de vítimas, com a entrada em cena da segunda linha flamenga. Muitos guerreiros com maças de armas, espadas e *goedendags* seguiram as indicações dadas antes da batalha e atingiram os cavalos para provocar a queda dos cavaleiros. Já no solo, com pouca mobilidade devido ao peso das suas armas defensivas e muito mais vulneráveis, estes homens eram mortalmente atingidos pela infantaria flamenga. No centro, os homens do termo de Bruges, menos bem treinados,

sofreram mais com o impacto dos cavaleiros e das suas lanças e montadas. Foi aí que a linha flamenga ameaçou quebrar-se e que a cavalaria da flor-de-lis conseguiu provocar um maior número de baixas. Jülich, o comandante da ala direita flamenga, foi derrubado por Godofredo de Brabante e evacuado devido aos seus ferimentos. Porém, dada a importância que a presença dos comandantes tinha no ânimo de um exército, foi substituído pelo seu escudeiro, que vestiu a sua cota de armas e se apresentou no campo de batalha gritando “Jülich ainda aqui está!”...

A ala direita da cavalaria francesa sentiu maiores dificuldades em cruzar o ribeiro de Groeninge, mas fê-lo com sucesso e atacou também a infantaria liderada por Namur. Tal como os milicianos de Bruges, também os da Flandres oriental sustiveram a carga. Os cavaleiros que continuavam operacionais após o choque com os piques foram atingidos pelos *goedendags* e pelas armas de choque. As suas montadas foram derrubadas e os cavaleiros tombados foram sendo mortos. Foi desta forma que Godofredo de Brabante e Raul de Nesle perderam a vida.

Entretanto, das ameias do castelo de Courtrai, podia-se observar o desenrolar da batalha. A guarnição ensaiou uma surtida, mas foi travada pelo contingente de Ipres (veja-se o esquema 5). Enquanto isso, a cavalo, junto à reserva flamenga, Renesse estava também atento e apercebeu-se de que a linha flamenga estava prestes a quebrar no seu ponto mais frágil — o centro. Se tal acontecesse, a cavalaria francesa teria espaço de manobra suficiente para atacar as alas flamengas a partir dos seus flancos interiores e destruí-la sem dificuldades de maior. Assim, a uma ordem sua, os cavaleiros apeados que integravam a reserva avançaram para reforçar o centro da linha flamenga. Então, o cenário que se vivia nas alas ocorreu também no centro, com os cavalos a serem derrubados e os cavaleiros a serem atingidos no solo. Este momento marcou o início da reviravolta na batalha. Pouco a pouco, as linhas da sólida infantaria flamenga foram começando a ganhar terreno e a derrubar os cavaleiros franceses. A cavalaria francesa perdeu, dessa forma, o espaço necessário para recuar, reagrupar e atacar novamente, uma manobra muito utilizada na época e eficaz se efetuada de forma correta. Da outra margem do Groeninge, Roberto Artois apercebeu-se

da situação desesperada dos seus homens. Na *mêlée* que se tinha gerado, a cavalaria francesa estava agora em grande desvantagem numérica: estariam cerca de 2000 cavaleiros envolvidos, enredados numa multidão de aproximadamente 9000 peões flamengos (retirando ao valor de cerca de 10 000 homens avançado inicialmente para o exército flamengo os 500 besteiros e os 500 homens do contingente de Ipres).

Numa tentativa de virar novamente a seu favor o desenrolar dos acontecimentos, Artois liderou o seu contingente na direção das forças de Namur. Com dificuldade, os cavaleiros conseguiram atravessar as águas e carregaram sobre a infantaria flamenga, já mais desordenada pelo desenrolar da luta corpo-a-corpo que se travava e sem a proteção da barreira de piques, há muito trocados por armas brancas (espadas, adagas) ou por armas de choque, mais apropriadas a essa forma de combater. Por uns momentos, a ofensiva de Artois pareceu resultar, uma vez que o pânico invadiu alguns dos peões, certamente acentuado pelo derrube da bandeira de Namur, às mãos do próprio Roberto Artois, que combatia com ferocidade e eficácia. Viram-se alguns flamengos a abandonar as suas posições, recuando na direção do Lys ou de Courtrai. A debandada foi travada pela intervenção da guarnição de Ipres (que impediu alguns dos seus aliados de se refugiarem nos muros da cidade) e dos nobres integrados na reserva. Namur conseguiu, dessa forma, reagrupar, os seus homens.

Entretanto, Artois deixou-se envolver por uma multidão de peões que o impedia de se movimentar livremente, acabando por ser também derrubado, juntamente com o seu cavalo. As crónicas registam mesmo o nome do guerreiro que o fez cair: tratar-se-ia de um leigo da abadia cisterciense de Ter Doest (Bruges). Já no chão, o comandante francês foi rodeado por inimigos empunhando maças e *goedendags*. Segundo alguns relatos, terá suplicado que o seu cavalo fosse poupado e terá mesmo implorado pela sua vida, pedindo para se render a Jülich. As suas súplicas soaram em vão — quem o rodeava não combatia segundo os valores da cavalaria e poderia mesmo não entender a língua em que as preces foram proferidas. Deste modo, Roberto Artois acabou por ser várias vezes golpeado, até morrer. Pormenor macabro, a sua língua terá

sido cortada e ostentada como um troféu por um dos combatentes de Bruges, chamado Jan Van der Marct.

A batalha aproximava-se do fim: os cavaleiros franceses eram empurrados para trás, caindo nos cursos de água, onde foram presa fácil para os seus inimigos. Como Artois, muitos terão pedido clemência, também em vão; alguns cavaleiros ter-se-ão afogado, incapazes de se reerguer devido ao peso das suas armas defensivas e aos ferimentos; outros conseguiram atravessar as águas e tentaram a fuga (ver o esquema 6).

Seguramente incrédulos e horrorizados com o que observavam à sua frente, os cavaleiros da reserva francesa optaram por retirar. Em cerca de três horas, os flamengos tinham conseguido aniquilar o magnífico exército de cavaleiros franceses que os enfrentara em Courtrai, apanhando-os (segundo as palavras de uma das narrativas medievais inglesas da batalha) “como lebres numa armadilha”...

A matança, contudo, não terminara com a retirada da reserva francesa. Empolgados pelo triunfo, os flamengos lançaram-se na perseguição dos fugitivos (ver o esquema 7). Os peões franceses, menos móveis do que os cavaleiros, foram facilmente capturados, mas muitos cavaleiros pereceram também nessa ‘caça ao homem’ que se estendeu por um raio de cerca de 10 km. No final do dia, os flamengos estavam de novo no campo de batalha, onde a recolha de despojos continuava a não se poder fazer. Nessa mesma noite, alguns aglomerados de homens destroçados e esfomeados, os restos do exército francês, iam-se aproximando de Tournai, que lhes fechou as portas. No dia seguinte, os mortos tombados no campo de batalha foram despojados dos seus pertences: o espólio incluía cavalos, armamento e equipamento variado, com destaque para cerca de 500 pares de esporas de ouro, retiradas dos cavaleiros franceses. Estas esporas seriam oferecidas à igreja de Nossa Senhora de Courtrai como relíquias e delas resultou o nome pelo qual ainda hoje é conhecida a batalha de Courtrai — a “Batalha das Esporas de Ouro”.

O número de baixas na batalha de Courtrai é difícil de determinar com precisão. Desde logo, porque os cronistas davam sobretudo destaque aos nomes ilustres que caíam em combate ou nas perseguições que se

seguiram. Cerca de 1260 nobres que integravam o exército francês terão morrido, incluindo mais de seis dezenas de grandes senhores, entre os quais se destacam Roberto Artois, Raul de Nesle, Guilherme de Clermont, Godofredo de Brabante, Pedro Flote, João de Burlats, Reinaldo de Trie, o conde de Eu, o conde de Aumale, João de Hainaut, Godofredo de Bolonha e J. Châtillon. No total, os franceses terão perdido pelo menos metade dos homens que combateram: entre quatro mil e cinco mil homens (a “Crônica do Condado de Artois” adianta mesmo este último valor). Do lado flamengo, não há nomes de grandes senhores a destacar, e o cálculo das vítimas é ainda mais difícil de fazer, embora não tenha provavelmente ultrapassado algumas centenas de homens.

Breve balanço do combate

Descrita a batalha, façamos uma sistematização dos fatores decisivos que explicam a vitória flamenga:

- 1 - A escolha do terreno, bem delimitado por cursos de água que impediam qualquer ataque-surpresa francês pela retaguarda e que travaram eventuais tentações por parte dos flamengos de bater em retirada. No início da batalha, os cursos de água mantiveram os besteiros franceses a distância segura. Depois, aliados ao terreno pesado e possivelmente armadilhado com as cavas feitas pelos flamengos, dificultaram o avanço e a posterior reorganização da cavalaria francesa, acabando por funcionar como armadilha mortal para muitos desses cavaleiros, já na fase derradeira dos combates.
- 2 - A qualidade do comando, com destaque para João de Renesse, e os erros cometidos por Roberto Artois e pela cavalaria francesa. A opção dos flamengos em combater apeados foi, em certa medida, imposta pelas circunstâncias (recordemos que, por variados motivos, o exército flamengo tinha poucos cavaleiros), mas também por uma

tradição militar que valorizava forças de infantaria bem treinadas e equipadas — as milícias urbanas. O comando contornou a dificuldade de não possuir uma cavalaria numerosa e optou por uma tática que potenciava os pontos fortes do seu exército e minimizava os pontos fracos: além do combate apeado, preferiu permanecer numa posição defensiva praticamente inexpugnável e dar a iniciativa da batalha ao inimigo. O incentivo dado pela presença dos nobres combatendo apeados ombro a ombro com as *gentes comuns* foi também fundamental para manter os combatentes flamengos empenhados numa vitória. Por sua vez, Artois estava consciente da inferioridade da infantaria francesa e confiava na cavalaria para obter um desfecho favorável. Desse modo, viu-se forçado a mandar avançar os seus cavaleiros para a batalha em condições altamente desfavoráveis. Renesse leu corretamente a batalha e avançou a sua reserva no momento exato, para impedir a desagregação das linhas flamengas causada pela carga da cavalaria inimiga. Esse momento foi fundamental para travar a ofensiva francesa e para dar início à contraofensiva flamenga, que culminaria no massacre dos franceses. Nesse momento, Artois liderou a carga do seu contingente, numa tentativa desesperada de socorrer os cavaleiros franceses de uma morte certa. O desfecho revelou-se trágico, para si e para o seu exército. Consciente da derrota, a reserva francesa mostrou-se mais realista (ou mais covarde) do que o seu comandante, batendo em retirada.

- 3 - A determinação dos flamengos, que, impedidos de retirar, se encontravam obrigados a vencer para salvarem as suas próprias vidas. A fuga seria punida com a morte por parte dos seus superiores — e recordemos que na reserva se encontrava Renesse e a grande maioria dos nobres que combateram do lado flamengo. Estes não hesitariam em agir de forma implacável sobre quaisquer desertores. O mesmo fez a milícia de Ipres, que travou a fuga de alguns elementos da infantaria flamenga. Forçados a permanecer no campo de batalha, naquela fortaleza rodeada de água,

os flamengos sabiam que a derrota implicaria a sua morte. A ação dos franceses nos dias que antecederam a batalha (com pilhagens e atos de grande violência sobre as populações dos campos que rodeiam Courtrai) e a natural sede de vingança destes face ao ocorrido em Bruges significava que também do lado francês não haveria piedade para os vencidos, à exceção daqueles que tinham sangue nobre e que poderiam valer um bom resgate se capturados vivos. Ora, a esmagadora maioria dos combatentes flamengos em Courtrai sabia que não se encaixava nessa categoria. Restava-lhes, pois, vencer ou morrer.

Por outro lado, os flamengos combateram em defesa de uma certa identidade, concedida pela partilha de uma língua comum, o flamengo, distinta do francês dos adversários. A uni-los tinham ainda um espírito corporativo forjado por muitos anos de trabalho diário e de treino militar lado a lado, e por interesses económicos e políticos comuns que importava defender ou conquistar.

Depois da batalha

Após o triunfo de 11 de julho de 1302, os vencedores viveram um período de euforia. Aproveitando o estado de choque que atingira os franceses e o facto de o exército régio ter sido aniquilado, os flamengos viram os seus domínios alargar. No dia 13 de julho, a guarnição francesa que se tinha refugiado no castelo de Courtrai rendeu-se. Cassel, que Jülich tentara cercar antes de se dirigir para Courtrai, também se rendeu. Gante, que até então se mantivera do lado do rei, mudou de partido, abrindo as portas a Jülich a 15 de julho. No mês seguinte, seria a vez de Lille e Douai caírem também nas mãos dos flamengos. Os sucessivos êxitos levaram os flamengos a continuar o esforço militar contra a França e os seus aliados. Ainda em 1302, ameaçaram cidades do condado de Artois, aproveitando o vazio gerado pela morte do conde. Em 1303, lançaram operações no Hainaut, na

Zelândia e cercaram Tournai. Em 1304, voltaram a conduzir as suas milícias para o Hainaut, a Zelândia e a Holanda.

Entretanto, a reação francesa foi temerosa. O poderoso reino lambia as suas feridas. Filipe IV começou por reestruturar o comando militar do reino: Saint-Pol e Luís de Clermont, assim como os restantes elementos da reserva que retirou sem combater em Coutrai, foram afastados temporariamente; um novo condestável foi escolhido (Gaucher de Châtillon, conde de Porcien, curiosamente um primo de Saint-Pol, que caíra em desgraça). Foucaud de Merle e Miles de Noyers (um sobrinho do novo condestável) foram nomeados marechais, e Teobaldo de Chepoy foi nomeado mestre dos besteiros. De seguida, o monarca ordenou uma mobilização geral, reunindo em Arras, no final do mês de agosto de 1302, um exército mais numeroso do que o que estivera ao dispor de Roberto Artois: 10 000 homens de armas e milhares de peões. Ao comando, estava o próprio Filipe IV. A partir do Artois, este exército aproximou-se da fronteira da Flandres, mas o choque da inesperada derrota de Courtrai continuava bem vivo. No final do mês de setembro, o exército foi desmobilizado sem que uma só batalha tenha sido travada. Confiantes, os flamengos atacaram Cassel, sendo derrotados por Otão da Borgonha, o novo conde de Artois. No final do inverno de 1302-1303, um novo exército francês foi mobilizado, mas também este se revelou incapaz de enfrentar os flamengos, que continuaram a espalhar a destruição pelo condado do Artois e nos condados já acima referidos. A 20 de setembro de 1303, foram assinadas tréguas provisórias entre a Flandres e a França, que deveriam prolongar-se até 17 de maio de 1304, dia de Pentecostes.

No verão de 1304, Filipe IV voltou a conduzir um exército para fazer frente aos flamengos. Estes tinham cometido o erro de estender demasiado as suas forças no terreno, operando em cenários muito distintos e geograficamente distantes uns dos outros. Desse erro resultou o enfraquecimento das suas posições, e o mês de agosto revelar-se-ia trágico para as suas aspirações. A frota flamenga foi derrotada por uma armada franco-holandesa na batalha naval de Zierkzee (Zelândia) e Gui de Namur foi capturado. No dia 18 do mesmo mês, travou-se a batalha de Mons-en-Pévèle, que, embora tenha terminado com ambos os lados a clamar vitória, teve custos mais

pesados para os flamengos, uma vez que o seu comandante, Jülich, perdeu a vida no confronto.

244

Com a confiança restaurada pelos sucessos recentes, os franceses tomaram Lille e Douai, ficando na posse efetiva da Flandres francófona. Equilibrado o saldo de vitórias e derrotas, ambos os lados concluíram que era tempo de negociarem a paz. Em junho de 1305, foi assinado o tratado de Athis-sur-Orge, que se viria a consolidar com dois matrimónios: João de Namur casou com Margarida, filha do conde de Clermont; e Luís, neto de Roberto de Béthune, com uma filha do conde de Valois. Por sua vez, Béthune foi reconhecido como conde da Flandres, herdando o trono de Gui de Dampierre, que falecera no dia 7 de março desse ano. Estes pontos eram relativamente pacíficos, os restantes é que geraram um grande descontentamento entre os habitantes das maiores cidades flamengas. Filipe IV exigiu para si os castelos de Courtrai, Cassel, Lille, Douai e Béthune, confirmando no papel um domínio que existia de facto sobre a Flandres francófona. Gante, Bruges, Ipres, Lille e Douai foram forçadas a derrubar as suas muralhas e a pagar compensações de guerra à França, no valor de 400 000 libras, às quais se deveria adicionar uma renda anual de 20 000 libras. Os *leliaerts*, que apoiaram a Coroa, viram os seus bens e privilégios restituídos nas suas cidades e ficaram isentos do pagamento dessas compensações. Por fim, 3000 habitantes de Bruges ficaram obrigados a fazer uma peregrinação para expiar o massacre das Matinas de Bruges. As expectativas geradas três anos antes entre os habitantes das poderosas cidades flamengas caíram por terra e a revolta não se fez esperar, contra a Coroa e contra a casa condal.

Os confrontos prolongaram-se por várias décadas, culminando numa grande batalha disputada em Rosebeke (a nordeste de Ipres), em 27 de novembro de 1382. Desta vez, são sobretudo as milícias de Gante, sob o comando de Filipe de Artevelde, que irão enfrentar os exércitos régios de Carlos VI (na altura, a poucos dias de completar 14 anos de idade). Tal como em Courtrai, os flamengos escolheram o terreno e organizaram-se numa única linha bastante cerrada, apoiada por besteiros, arqueiros e artilharia. Pelo seu lado, os franceses dividiram-se em três unidades alinhadas;

mas, desta vez, o grosso da cavalaria iria combater apeado, com exceção de dois corpos de cavalaria montada convenientemente colocados nas alas. E seriam os flamengos a tomar a iniciativa, atacando os franceses com a artilharia, os besteiros e os arqueiros, enquanto a infantaria, com os piques na primeira fila, avançava na direção dos inimigos. Quando se deu o choque entre as duas infantarias, a cavalaria montada das alas envolveu os flamengos, prendendo-os numa tenaz que resultaria no massacre de muitos desses homens. Tal como em Courtrai, os derrotados procuraram fugir, mas foram perseguidos e mortos. Finalmente, passados 80 anos, os franceses conseguiram vingar claramente a derrota de 11 de julho de 1302!

Podemos entender o descontentamento das cidades flamengas. Os ganhos em tão poucos anos foram tão inesperados e o triunfo de Courtrai foi tão grandioso que se aceitam como naturais as suas expectativas. Por esse prisma, o tratado de 1305 soube a pouco e a vitória de Courtrai parece ter sido desaproveitada. Porém, é preciso recordar a situação em que a Flandres se encontrava no início do século XIV: um conde prisioneiro dos franceses e destituído dos seus títulos e possessões; e um condado governado por um representante da Coroa e praticamente integrado no domínio régio. Em 1305, apesar do alto preço e de alguma frustração, a verdade é que a casa condal foi reconhecida por Filipe IV e grande parte da Flandres manteve a sua autonomia face ao rei.

Em termos militares, Courtrai ajudou a abrir um novo capítulo na arte da guerra medieval, marcado por uma forma original de combater, recorrendo a exércitos de infantaria que, bem treinados, bem organizados e nas condições propícias para o efeito, mostraram ser capazes de derrotar a poderosa cavalaria pesada que se afirmara nos campos de batalha desde o século XI. Um sucesso idêntico ao dos flamengos será conseguido pelos escoceses em Bannockburn, contra os ingleses de Eduardo I, em 1314; e, logo no ano seguinte, pelos suíços em Morgarten, contra as forças de Leopoldo da Áustria. Olhemos rapidamente para estes casos, de modo a ver quais os aspetos inovadores que partilham com Courtrai.

Bannockburn é a batalha que apresenta mais pontos em comum com Courtrai. O confronto deu-se entre dois exércitos aparentemente desequilibrados,

com grande superioridade do inglês no que toca a homens de armas a cavalo. Robert Bruce, rei da Escócia, colocou o seu exército num terreno adequado a uma tática defensiva, que impedia ataques pela retaguarda e pelas alas por estar limitado por arvoredo ou por áreas pantanosas. Esse terreno foi também armadilhado com a construção de fossos (como em Courtrai) e covas-de-lobo. Os escoceses ficaram dispostos dentro dessa “fortaleza”, numa única unidade compacta, que unia gentes comuns à cavalaria apeada, armados de piques, lanças, espadas e armas de choque. Tal como os flamengos em Courtrai, os escoceses deram a iniciativa aos inimigos e estes, movidos pelo mesmo excesso de confiança que foi apontado aos franceses em 1302, avançaram com a sua cavalaria, sem que a participação inicial dos arqueiros e da infantaria tivesse tido qualquer efeito. A cavalaria inglesa carregou sobre a barreira de piques e lanças sem a conseguir romper. A resistência escocesa, as águas e as covas fizeram o resto: os cavaleiros foram derrubados das suas montadas e chacinados.

A vitória suíça de Morgarten, em 1315, é um caso muito diferente. Os cavaleiros austríacos foram surpreendidos durante a marcha por um bloqueio num desfiladeiro. O local fora bem escolhido pelos suíços: pela sua estrutura, forçou a cavalaria a aglomerar-se em frente ao ponto bloqueado, ficando à mercê de enormes pedras e troncos de árvore que os suíços fizeram rolar ao longo da encosta. Desordenados e desbaratados, com muitos elementos incapacitados para o combate, os cavaleiros foram depois presa fácil para a infantaria suíça, que carregou sobre eles com longas armas de haste, as alabardas.

Curiosamente, os franceses resistiram à mudança durante muito tempo. A confiança que tinham no poder da cavalaria pesada não esmorecera, apesar da derrota de Courtrai, até porque conseguiram mais tarde, como vimos, outros triunfos sobre a infantaria flamenga. Também por esse motivo, aos olhos dos franceses, a responsabilidade do desaire de 1302 acabou por cair toda sobre os ombros do comandante Roberto Artois. Já os ingleses alteraram rapidamente o seu modo de combater. Tanto em Dupplin Moor (1332) como em Halidon Hill (1333), como depois nas batalhas da Guerra dos Cem Anos, irão demonstrar que tinham aprendido com o desaire frente

a Robert Bruce, apresentando inovações na forma de enfrentar um exército de infantaria escocesa. Começaram por abdicar do poder de choque da cavalaria e da iniciativa nas batalhas, optando por colocar os seus homens de armas a combater apeados, em terrenos muito bem escolhidos e preparados para travar ou, pelo menos, para dificultar as ofensivas do inimigo. Até aqui, os ingleses limitaram-se a adotar o modelo que os tinha vencido em Bannockburn ou que tinha derrotado os franceses em Courtrai. O modo como os flamengos conseguiram vencer a cavalaria de Artois era obviamente do conhecimento da corte inglesa: tendo em conta as ligações privilegiadas entre a Inglaterra e a Flandres, a notícia da grande vitória de 1302 chegara seguramente aos ouvidos atentos dos líderes militares ingleses.

A grande originalidade da nova tática inglesa consistiu na colocação de unidades de arqueiros nas duas alas dos seus exércitos. Estes arqueiros estavam munidos com o poderoso arco longo inglês, uma arma temível (as pontas afiadas das flechas eram capazes de penetrar nas viseiras dos elmos ou mesmo de perfurar muitos equipamentos defensivos), de grande alcance e de grande cadência de tiro (10 a 12 tiros por minuto). Os seus disparos contínuos geravam uma chuva de flechas que caía sobre os inimigos, causando um grande número de baixas ou gerando entre eles o pânico. Dessa forma, a grande força das unidades de infantaria, isto é, a sua capacidade de se manter compacta, perdia-se. Assim, foi com redobrada confiança no seu poder militar, sustentado pela adoção de uma inovadora forma de combater, que os ingleses se dispuseram a enfrentar a França na Guerra dos Cem Anos, como será abordado já a seguir neste livro, no capítulo dedicado à batalha de Agincourt.

Quanto a Courtrai, o seu eco perdurou no tempo, como só acontece com algumas das grandes batalhas medievais, e a vitória de Renesse, de Jülich e dos contingentes flamengos foi sendo apropriada por diversos movimentos políticos de pendor nacionalista. Já na segunda metade do século XX, quando a comunidade flamenga da Bélgica quis reservar um dia para celebrar anualmente a sua cultura e vincar a sua identidade, num país ainda hoje marcado pela divisão entre francófonos e flamengos, escolheu precisamente a data de 11 de julho, o dia heroico em que, há mais de setecentos anos, uma hoste de brava infantaria flamenga derrotou o poderoso exército da flor-de-lis!

Fontes mais importantes

- 248 *Annales Gandenses*. London, Medieval Classics, 1951 (ed. e trad. H. Johnstone).
- F. Funck-Brentano (ed.), “Chronique artésienne”, in *Collection de textes pour servir à l'étude et à l'enseignement de l'histoire*, fasc. 25. Paris, 1899.
- Lodewijk van Velthem, *Voortzetting van de Spiegel historiael (1248-1316)*. Brussels, 1906-1938.

Leituras principais

- Jan Frans Verbruggen, *The Battle of the Golden Spurs: Courtrai, 11 July 1302*, ed. Kelly DeVries. Woodbridge and Rochester NY, The Boydell Press, 2002 (ed. orig.: 1952).
- Raoul C. van Caenegem (direção), *1302. Le désastre de Courtrai*. Anvers, Fonds Mercator, 2002 (*vide*: “La bataille des éperons d'or”, pp. 10-25; “Une société urbanisée sous tension. Le Comté de Flandre vers 1302”, pp. 26-77; “La royauté capétienne au XIII^e siècle. De Bouvines à Courtrai”, pp. 78-105; “L'iconographie de la bataille des éperons d'or”, pp. 170-193; “Le coffre controversé d'Oxford”, pp. 262-284).
- Xavier Hélary, *Courtrai. 11 juillet 1302*. Paris, Tallandier, 2012.

Leituras complementares

- Jan Frans Verbruggen, “Military service in the County of Flanders”, in *Journal of Medieval Military History*, vol. II, Woodbridge, Boydell Press, 2004 (ed. orig.: 1958), pp. 17-37.
- Jan Frans Verbruggen, “Flemish urban militias against French cavalry armies in the fourteenth and fifteenth centuries” in *Journal of Medieval Military History*, vol. I, Woodbridge, Boydell Press, 2002 (ed. orig.: 1981), pp. 146-169.
- João Gouveia Monteiro, “A arte militar na Europa dos séculos XI-XIII — Um *Vade Mecum*”, in *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 32, 2011 (pp. 7-49).
- João Gouveia Monteiro, *Lições de História da Idade Média (sécs. XI-XV)*. Coimbra, FLUC, 2006 (especialmente capítulos 1.3, 2.1 e 2.2).
- João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota — 1385 — A Batalha Real*. Lisboa, Tribuna da História, 2003.

John France. "A changing balance: cavalry and infantry, 1000-1300", in *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 30, 2009 (pp. 153-177).

Kelly DeVries, *Infantry Warfare in the Early Fourteenth Century*. Woodbridge, Boydell Press, 1996.

249

Kelly DeVries, "Courtrai. Battle and Siege of", in Clifford J. Rogers (ed.), *The Oxford Encyclopedia of Medieval Warfare and Military Technology*. Oxford, Oxford University Press, vol. 1, 2010 (pp. 435-437).

Philippe Contamine, "Courtrai (bataille de), 11 juillet 1302", in Jacques Garnier (direção), *Dictionnaire Perrin des Guerres et des Batailles de l'Histoire de France*, Paris, Perrin, 2004 (pp. 240-244).

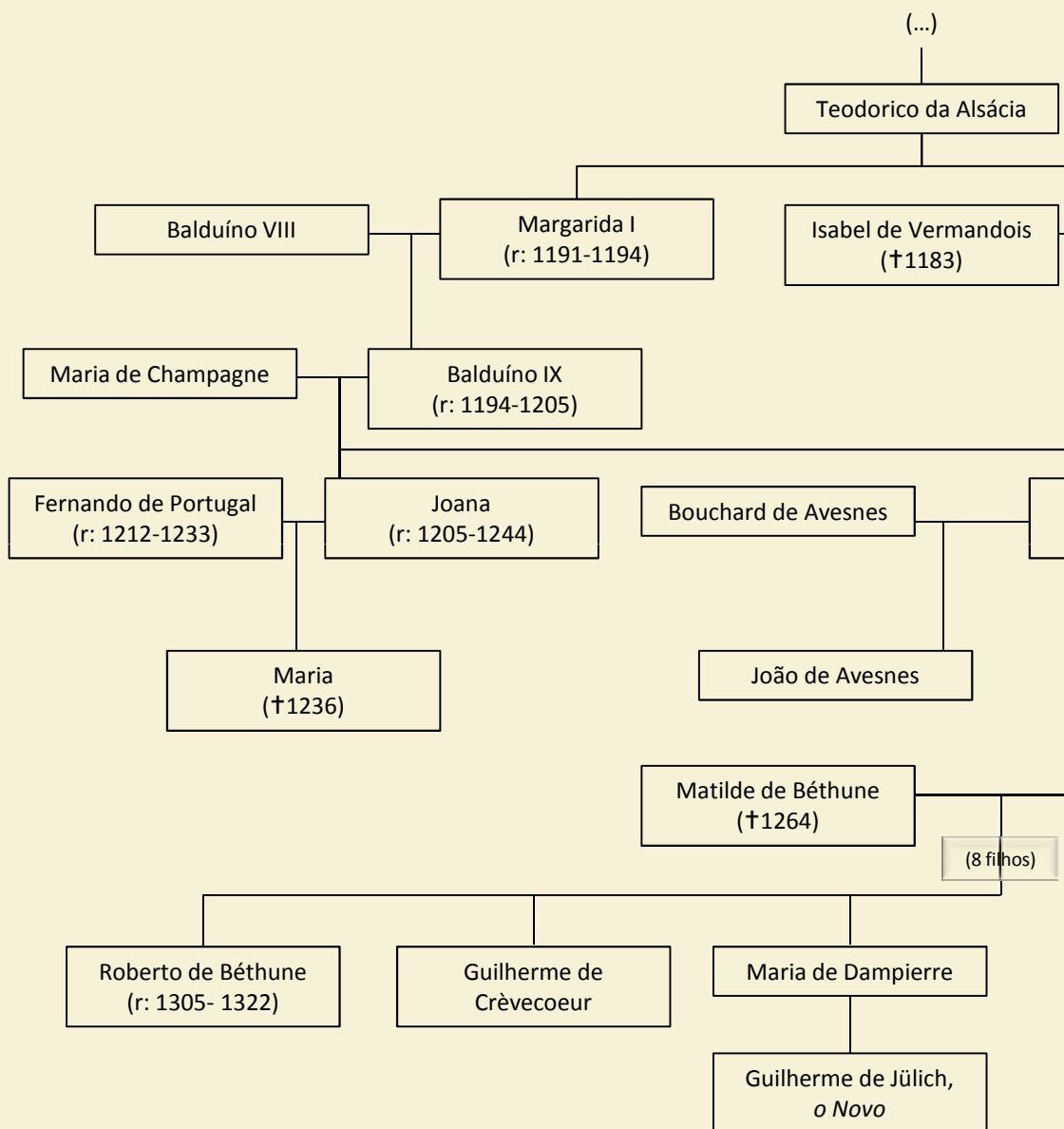
A Flandres cerca de 1300

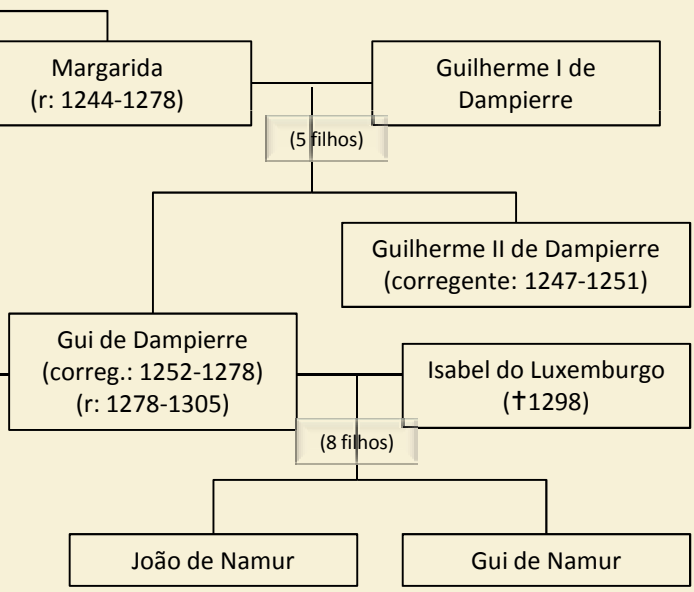
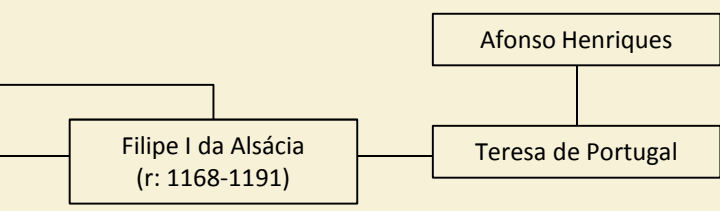


Os antigos Países Baixos cerca de 1300

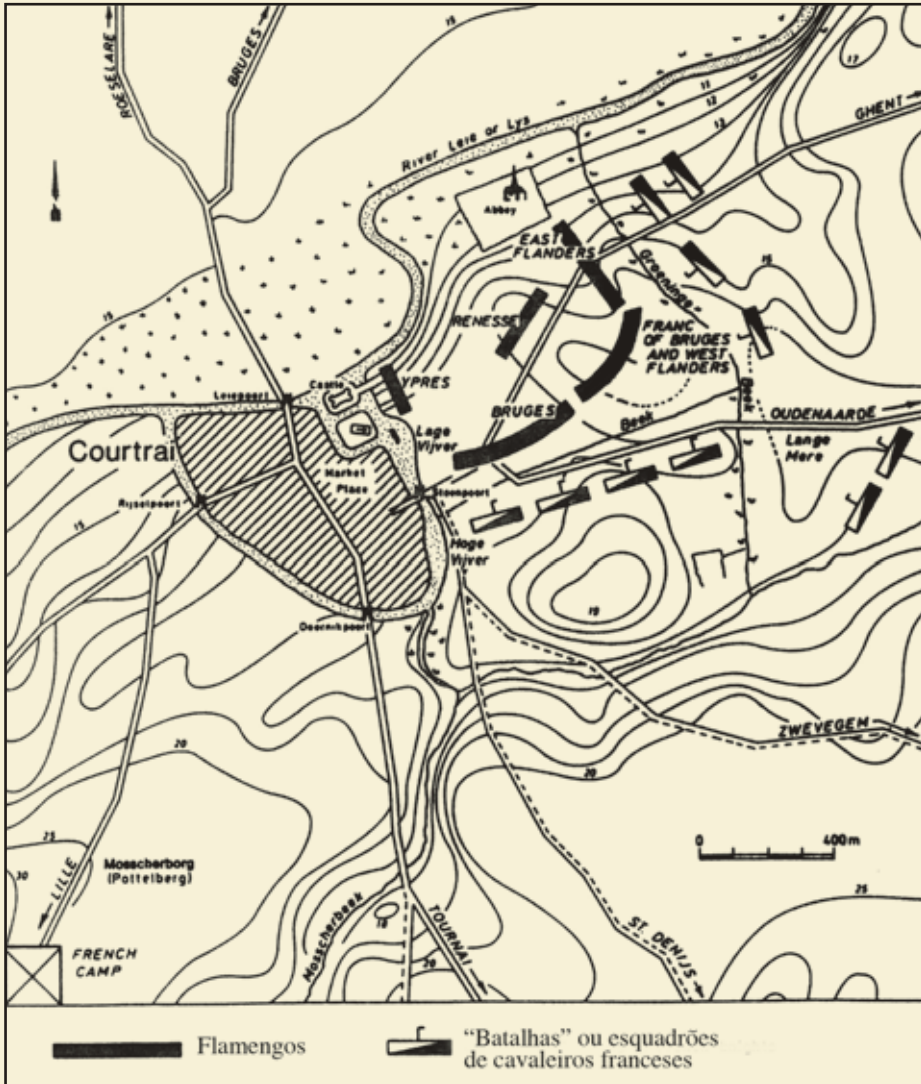


Ascendência e descendência de Gui de Dampierre, Conde de Flandres (1251-1305)



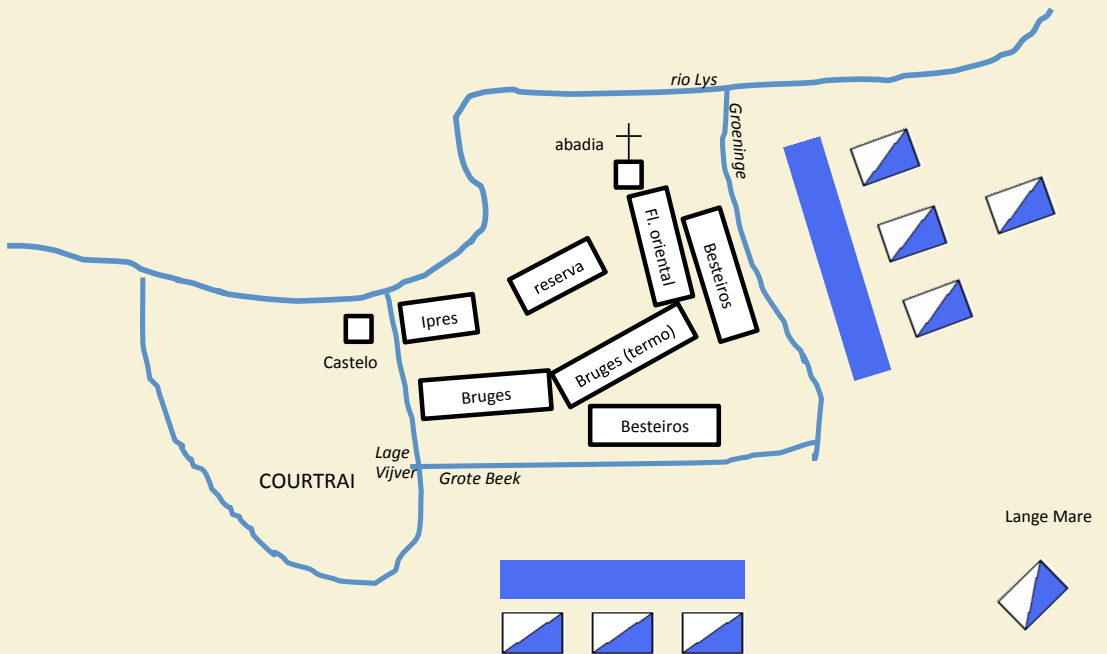


Esquema da batalha de Courtrai



Courtrai 1302. Momentos da Batalha | 1

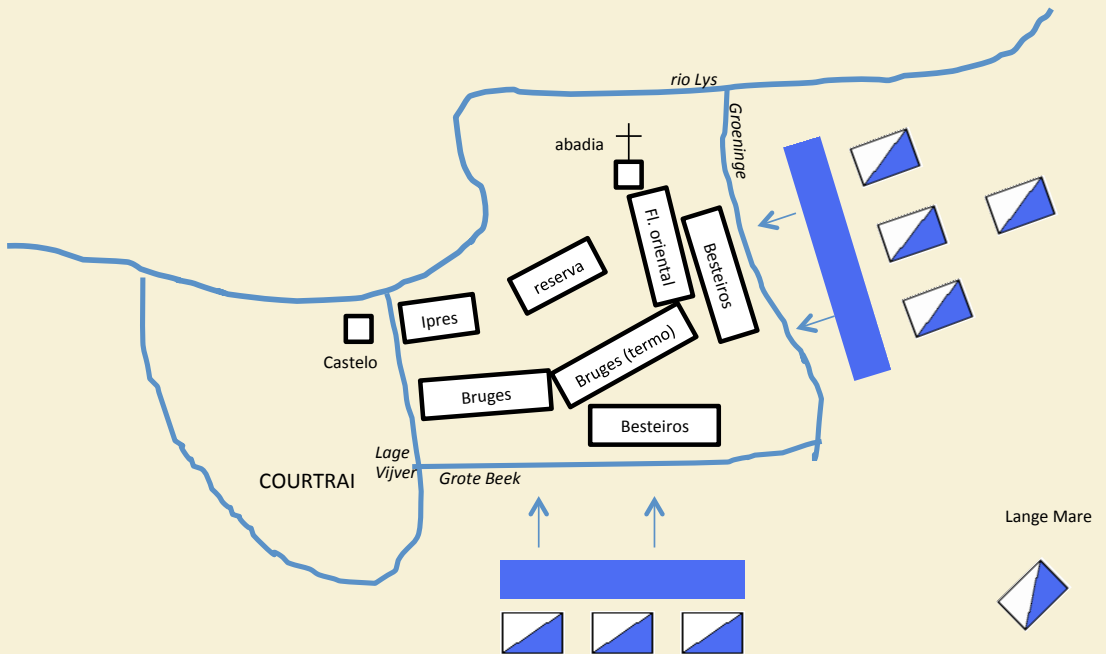
DISPOSIÇÃO INICIAL DOS CONTINGENTES
FLAMENGOS E FRANCESES.



Pottelberg

Courtrai 1302. Momentos da Batalha | 2

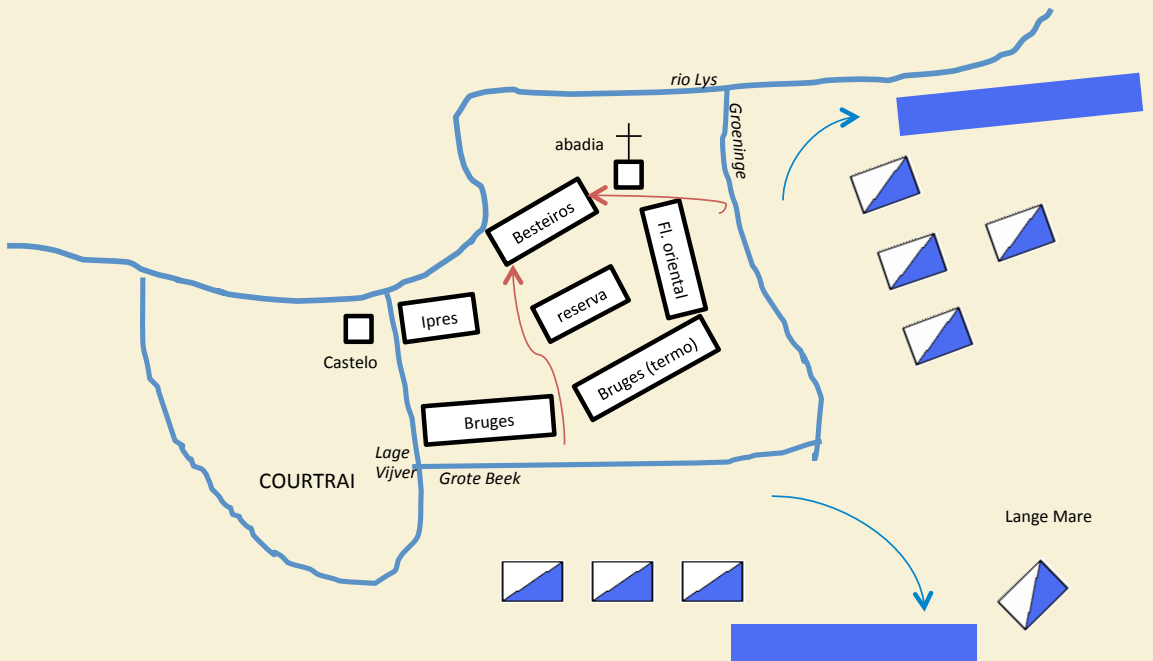
1ª FASE: DISPAROS DOS BESTEIROS E AVANÇO INICIAL DA INFANTARIA FRANCESA, ATÉ ÀS MARGENS DO GROENINGE E DO GROTE BEEK.



Pottelberg

Courtrai 1302. Momentos da Batalha | 3

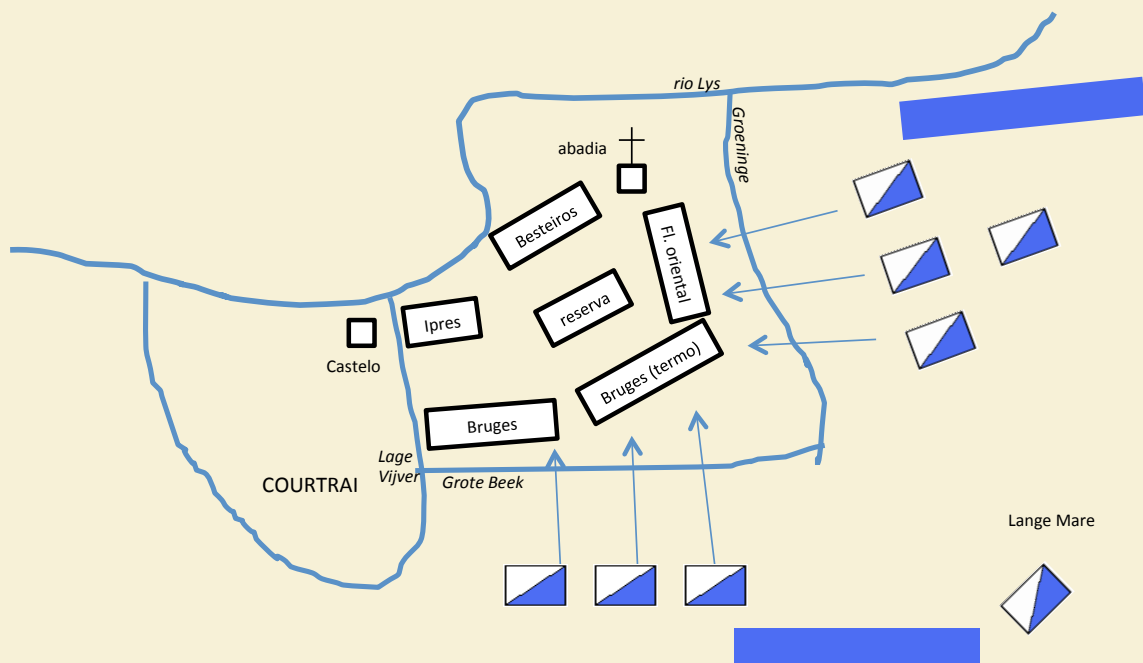
RETIRADA DOS BESTEIROS FLAMENGOS E DA INFANTARIA FRANCESA, PARA ABRIREM CAMINHO PARA O AVANÇO DA CAVALARIA.



Pottelberg

Courtrai 1302. Momentos da Batalha | 4

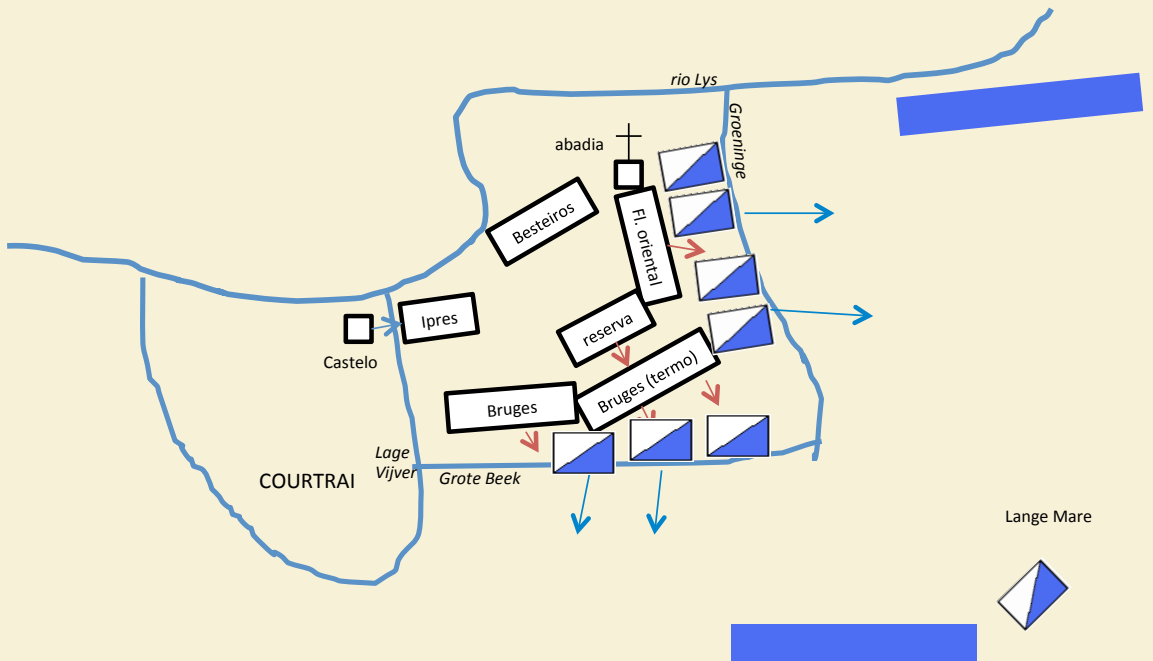
CARGA DA CAVALARIA FRANCESA, QUE ATRAVESSA OS CURSOS DE ÁGUA SEM GRANDE DIFICULDADE.



Pottelberg

Courtrai 1302. Momentos da Batalha | 6

AS UNIDADES DE CAVALARIA FRANCESAS SÃO EMPURRADAS PARA OS CURSOS DE ÁGUA E CHACINADAS.

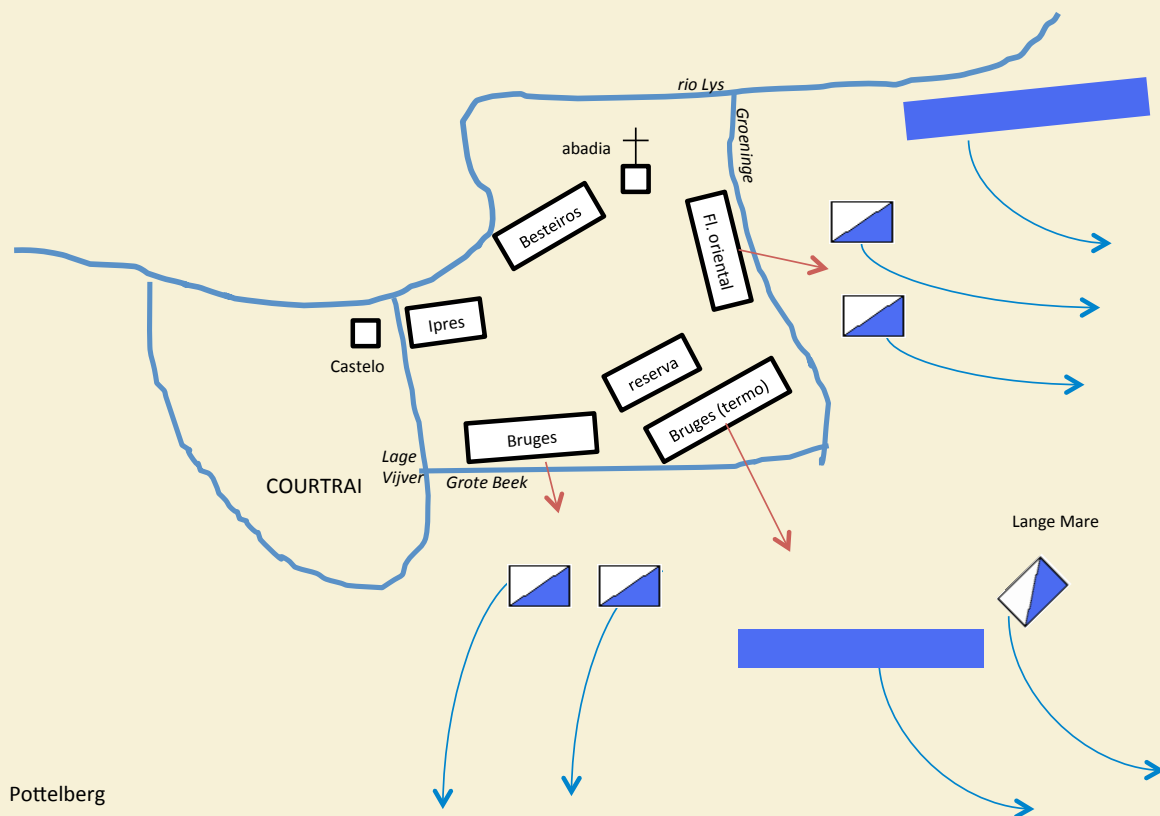


Pottelberg

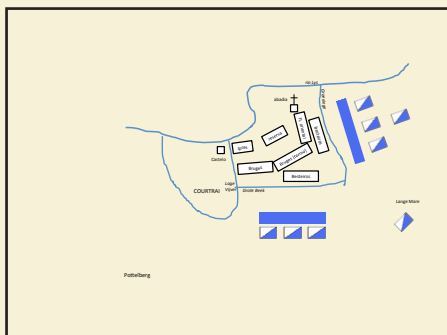
Courtrai 1302. Momentos da Batalha | 7

FUGA DAS UNIDADES FRANCESAS QUE SOBREVIVERAM AOS CONFRONTOS. A RESERVA RETIRA SEM COMBATER.

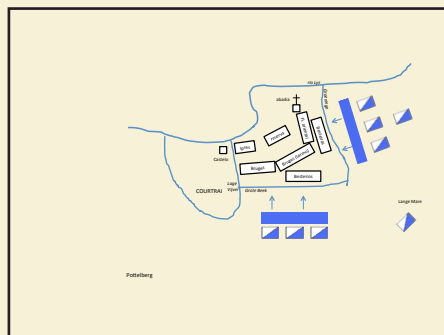
PERSEGUIÇÃO POR PARTE DOS FLAMENÇOS, CONFIRMANDO A VITÓRIA NA BATALHA.



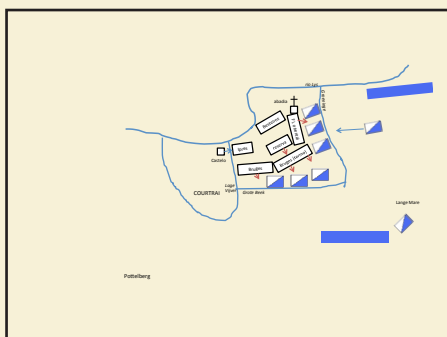
Resumo dos momentos da batalha



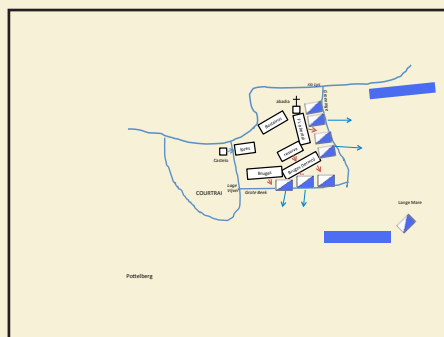
1



2



5



6

A batalha das Esporas Douradas

Arca de Oxford, retirada de Raoul C. van Caenegem (dir.), 1302. *Le désastre de Courtrai*. Anvers, Fonds Mercator. 2002 (Bert Cardon, Bart Strobants, "L'iconographie de la bataille des éperons d'or", pp. 170-193; Luc Devliegher "Le coffre controversé d'Oxford", pp. 262-284).





Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2015

